

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E  
INSTITUCIONAL

ANDRÉ AVANCINI FLORES

**O QUE FAZER COM OS HOMENS? AS PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO COM  
AUTORES DE VIOLÊNCIA**

PORTO ALEGRE/RS

2024

ANDRÉ AVANCINI FLORES

**O QUE FAZER COM OS HOMENS? AS PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO COM  
AUTORES DE VIOLÊNCIA**

Pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito final para conclusão da dissertação de mestrado em Psicologia Social e Institucional, na linha de pesquisa Políticas Públicas e Produção de Subjetividade. Orientador: Prof. Dr. Henrique Caetano Nardi. Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Elizabeth Barros de Barros.

PORTO ALEGRE/RS

2024

## RESUMO

As relações entre homens e violência são analisadas nesta dissertação a partir de uma intrincada rede de práticas discursivas. Tendo em vista os cenários econômicos, políticos e sociais por onde os homens constroem modos de ser e fazer uns aos outros, proponho uma análise dessa relação a partir das falhas que surgem no processo de construção da performatividade masculina e como essas falhas produzem maior ou menor grau de instabilidade ao “ser homem”. A violência, enquanto comportamento de resposta do homem que “falha” com a identidade idealizada é compreendida como uma das maneiras de lidar com as instabilidades da formação do gênero. Tendo em vista que os autores de violência devem ser responsabilizados pelos seus atos, este torna-se também um processo de responsabilização pela formação do gênero, em seus respectivos contextos. Com isso, proponho como campo de análise os grupos reflexivos de gênero, subsidiado por dois materiais audiovisuais, o filme brasileiro “O silêncio dos homens” e o filme estadunidense “The mask you live in”, onde diversos temas que perpassam à formação do gênero masculino são discutidos com homens e meninos participantes dos grupos, coordenadores de grupos e profissionais de diversas áreas. A análise das práticas discursivas sobre masculinidade e violência é feita por uma perspectiva de inspiração genealógica, trazendo os fundamentos teóricos da Teoria da Interpelação e da Teoria da Performatividade de Gênero. A metodologia utilizada consiste no recorte de depoimentos dos filmes que evidenciam momentos cruciais à formação do gênero para os homens entrevistados, considerando as práticas de violência ou exposição à elas como um dos critérios de seleção dos depoimentos. Os achados resultantes dessa análise indicam que quando a relação dos homens com as normas de gênero enfrentam “falhas” em uma produção idealizada, há uma intensificação das práticas de violência em detrimento de outras formas de lidar com a instabilidade desse processo. Já as intervenções promovidas com os grupos de homens e meninos têm demonstrado que o acolhimento coletivo e a reflexão sobre essas instabilidades fazem da “falha” uma abertura à estilização das normas de gênero e uma ampliação dos modos de se posicionar socialmente como homem.

**Palavras-chave:** Homens. Violência. Masculinidade. Silêncio. Máscara. Gênero. Interpelação. Performatividade.

## ABSTRACT

The relationships between men and violence are analyzed in this dissertation based on an intricate network of discursive practices. Taking into account the economic, political and social scenarios in which men construct ways of being and doing for each other, I propose an analysis of this relationship based on the flaws that arise in the process of constructing male performativity and how these flaws produce greater or lesser degree of instability in “being a man”. Violence, as a man’s response behavior that “fails” with the idealized identity, is understood as one of the ways of dealing with the instabilities of gender formation. Bearing in mind that perpetrators of violence must be held responsible for their actions, this also becomes a process of accountability for the formation of gender, in their respective contexts. With this, I propose gender reflective groups as a field of analysis, subsidized by two audiovisual materials, the brazilian film “O silêncio dos homens” and the american film “The Mask You Live In”, where several themes that permeate the formation of the genre masculine are discussed with men and boys participating in the groups, group coordinators and professionals from different areas. The analysis of discursive practices about masculinity and violence is carried out from a genealogically inspired perspective, bringing the theoretical foundations of the Theory of Interpellation and the Theory of Gender Performativity. The methodology used consists of cutting testimonies from the film that highlight crucial moments in the formation of the gender for the men interviewed, considering the practices of violence or exposure to them as one of the criteria for selecting the testimonies. The findings resulting from this analysis indicate that when men's relationship with gender norms faces “failures” in an idealized production, there is an intensification of violent practices to the detriment of other ways of dealing with the instability of this process. Interventions promoted with groups of men and boys have demonstrated that collective acceptance and reflection on these instabilities make “failure” an opening to the stylization of gender norms and an expansion of the ways of positioning oneself socially as a man.

**Keywords:** Men. Violence. Masculinity. Silence. Mask. Gender. Interpellation. Performativity.

## **Agradecimentos**

Ao Prof. Dr. Henrique Caetano Nardi, que decidiu por acolher e acompanhar esta dissertação. Ainda que em muitos momentos duvidei da viabilidade e realização do projeto, fomos pacientemente tornando-o possível. Agradeço pelas leituras, recomendações, pela disponibilidade e por insistir no conhecimento que construímos juntos.

À Prof. Dra. Maria Elizabeth Barros de Barros, que tem acompanhado minha trajetória de formação há alguns anos e também esteve presente nessa nova etapa. Agradeço imensamente pela parceria, cumplicidade e generosidade de quem sempre se dispôs a estar ao meu lado. Meu respeito e admiração se estendem para além do vínculo institucional que criamos.

Às Prof. Dra. Paula Sandrine Machado, Dra. Simone Mainieri Paulon e Dra. Fernanda Spanier Amador pelas disciplinas, encontros, conversas, reuniões, orientações, mas em especial, pela acolhida em Porto Alegre. Agradeço pelo carinho no curto período presencial que tivemos e durante nossa convivência online.

Ao Prof. Dr. Benedito Medrado-Beiras e a Prof. Dra. Priscila Pavan Detoni, pela leitura atenta e contribuições nas bancas de qualificação e defesa desta pesquisa.

Agradeço à COMPÓS e estendo esse agradecimento a todo o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, pela oportunidade de participar como representante discente, por fazer parte das reflexões e decisões, pelo aprendizado ao viver a vida institucional desse programa.

Ao NUPSEX e ao PFIST, grupos de pesquisa que transformaram minha trajetória, com as discussões, textos e a abertura ao pensamento crítico e inovador. Serei sempre grato pela experiência que vivi.

Ao CNPq, pelo financiamento que viabilizou essa pesquisa, os encontros e transformações decorrentes da inserção na pós-graduação.

Às amigas que o mestrado me presenteou, em especial, Sandra, Léo, Bruna, Vincent, Vivi, Chica e Thais, por dividirmos os momentos difíceis, as expectativas e entraves com os projetos, pelas leituras, cafezinhos, almoços e pelo generoso apoio no período das incertezas e dificuldade que enfrentamos.

À Lívia Valle e Carolina Coser Gomes, pela maestria nos cuidados com minha saúde em todas as vezes que precisei.

À Juliana e Igor por estarem comigo, sempre e mais uma vez.

À Angela, Gildo, Lorena, Eugênia, Antônio, Francielle e Rafaela. Minha família, meu suporte, minha força e refúgio.

## FIM E COMEÇO

Depois de cada guerra  
alguém tem que fazer a faxina.  
Colocar uma certa ordem  
que afinal não se faz sozinha.

Alguém tem que jogar o entulho  
para o lado da estrada  
para que possam passar  
os carros carregando os corpos.

Alguém tem que se atolar  
no lodo e nas cinzas  
em molas de sofás  
em cacos de vidro  
e em trapos ensanguentados.

Alguém tem que arrastar a viga  
para apoiar a parede,  
pôr a porta nos caixilhos,  
envidraçar a janela.

A cena não rende foto  
e leva anos.  
E todas as câmeras já debandaram  
para outra guerra.

As pontes têm que ser refeitas,  
e também as estações.  
De tanto arregaçá-las,  
as mangas ficarão em farrapos.

Alguém de vassoura na mão  
ainda recorda como foi.  
Alguém escuta  
meneando a cabeça que se safou.  
Mas ao seu redor  
já começam a rondar  
os que acham tudo muito chato.

Às vezes alguém desenterra  
de sob um arbusto  
velhos argumentos enferrujados  
e os arrasta para o lixão.

Os que sabiam  
o que aqui se passou  
devem dar lugar àqueles  
que pouco sabem.  
Ou menos que pouco.  
E por fim nada mais que nada.

Na relva que cobriu as causas e os efeitos  
alguém deve se deitar  
com um capim entre os dentes  
e namorar as nuvens.

Wisława Szymborska, tradução por  
Regina Przybycien (No livro *Poemas*, ed.  
Companhia das Letras, 2011)

## SUMÁRIO

<b>O QUE FAZER? UMA INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
Alguns dados sobre o cenário nacional da violência e sobre o contexto da pandemia de Covid-19 .....	11
Das Organizações Não Governamentais à Lei Maria da Penha .....	18
Uma atitude teórica na abordagem do problema .....	20
<b>1. O SUJEITO, COM ALTHUSSER .....</b>	<b>23</b>
1.1. Ideologia .....	23
1.2. De onde partir: teses fundamentais .....	24
<b>2. O GÊNERO, COM BUTLER .....</b>	<b>27</b>
2.1. Performatividade de gênero .....	31
2.2. As falhas: uma revisão em Althusser, ponto de partida sobre as instabilidades .....	34
<b>3. O PESQUISAR, COM FOUCAULT .....</b>	<b>39</b>
3.1 Apresentação geral dos documentários .....	45
3.1.1. O documentário “O silêncio dos homens” .....	47
3.1.2. O documentário “ <i>The mask you live in</i> ” .....	48
<b>4. O ANALISAR, COM AS PRÁTICAS DISCURSIVAS .....</b>	<b>50</b>
<b>CONSIDERAÇÕES DIANTE DO FAZER COM OS HOMENS .....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>66</b>

## O QUE FAZER? UMA INTRODUÇÃO

No ano de 2021 a Lei nº 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, completou 15 anos desde a sua aprovação pelo Congresso Nacional. Após um longo processo de lutas envolvendo diversos grupos e movimentos sociais que demandavam uma maior especificidade na lei sobre os atos de violência doméstica e familiar contra mulheres, o projeto foi aprovado. A partir de então, um novo tratamento jurídico aos casos de violência passou a vigorar, o que implicou em mudanças no funcionamento de algumas instituições, como delegacias, e até mesmo na criação de instituições como é o caso dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Além dessas importantes mudanças, de caráter mais prático do funcionamento jurídico, destaco também uma mudança na compreensão sobre a violência contra mulher que até então era tratada como crime de menor potencial ofensivo.

Vale lembrar que a lei recebeu o nome “Maria da Penha” a partir da história de Maria da Penha Maia Fernandes, brasileira, nascida em Fortaleza e vítima de um dos casos mais emblemáticos de violência doméstica, tendo sobrevivido após levar um tiro nas costas enquanto dormia e, meses depois, tentativas de eletrocutá-la durante o banho. Em 2001 o Brasil foi condenado por omissão e negligência sobre os crimes contra a vida das mulheres na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA). A condenação ocorreu com destaque ao caso emblemático de Maria da Penha que estava há dezoito anos tramitando na justiça sem sentença definitiva. Já no ano seguinte, após dezenove anos de espera, ocorreu a condenação de Marco Antônio Heredia Viveiros (autor das violências e, na época, marido).

A luta de Maria da Penha pela responsabilização da violência sofrida resultou, por parte da justiça, na prisão e cumprimento de dois anos de pena. No entanto, a luta de Maria da Penha Maia Fernandes também resultou em uma intensa mobilização social até a criação da Lei nº 11.340, além da criação de diversas Organizações Não Governamentais (ONG), institutos e redes de proteção às meninas e mulheres do país.



Com a lei em vigor, novas ações de proteção e responsabilização passaram a ser desenvolvidas, incluindo os trabalhos com homens autores das violências. A inclusão dessas ações com homens deve-se a um entendimento mais complexo sobre o problema da violência que não pode ser limitado às dicotomias de algozes e vítimas ou a soluções como, por exemplo, mais encarceramentos como punição (DAVIS, 2018). No entanto, as propostas presentes na lei apresentam lacunas nas estratégias de enfrentamento à violência, uma vez que não apresentam qualquer ação de promoção de saúde, equidade de gênero e uma definição elucidativa do que devem ser as ações de educação, reeducação, reabilitação e recuperação nos centros de atendimento a serem criados (MEDRADO & MÉLLO, 2008).

Diante desse cenário, onde muitos modos de intervir têm sido experimentados, compartilhados e inventados, há uma questão: o que fazer com os homens? A própria pergunta pode levar a medidas generalizantes se a situação de violência for tratada como um problema de opostos: os agressores e as ofendidas (conforme os próprios termos da lei nº 11.340). Para esta pesquisa proponho uma outra direção à pergunta acima, uma vez que no “fazer com os homens” subentende-se que os homens podem ser feitos e desfeitos. A cada prática de intervenção experimentada com os homens, existe a possibilidade de rearranjar as relações destes homens com as ações de violência (praticadas, testemunhadas e/ou sofridas). Isso não significa, de forma alguma, negar ou relativizar os atos praticados. Com “rearranjo” quero afirmar a produção de outras posições nessas histórias em relação às violências praticadas, que assuma a responsabilidade sem necessariamente reforçar o *ethos* masculino que, parafraseando Nardi (1998, p. 96), faça uma vinculação da violência a outros atributos e funções morais, como: ser um macho forte, viril, respeitável, provedor, com mulheres à disposição etc.

Entre práticas de violência e práticas de intervenção nessas histórias, há um intenso fazer e desfazer dos/com homens. As intervenções aplicadas a partir de uma denúncia passam a compor uma rede de práticas discursivas sobre a violência praticada, no qual são mobilizadas conexões entre as masculinidades e as violências, vitalizando diferentes modos de “ser homem”, como efeito dessa correlação de práticas em rede. Aqui estou chamando de

rede de práticas uma multiplicidade de ações heterogêneas que, ao se correlacionarem e se transformarem nos contextos históricos e materiais onde se localizam, produzem os objetos de uma determinada época (VEYNE, 1998). A partir disso, é importante lembrar que a possibilidade de estabelecer múltiplas redes de relações, entre diferentes práticas, nos indica que múltiplas objetivações são possíveis. Portanto, os objetos com os quais trabalho (masculinidades, violências) são considerados sempre efeitos de uma determinada rede de práticas. “A prática é resposta a um desafio, sim, mas o mesmo desafio não acarreta, sempre, a mesma resposta” (VEYNE, 1998).

A partir do contexto dessa questão inicial, “o que fazer com os homens?”, e considerando que o fazer e o desfazer são processos subsidiados por uma rede de práticas discursivas, proponho investigar as instabilidades inerentes a esses processos. Mais especificamente, interessa analisar **como os atos de violência promovem maior ou menor instabilidade ao “ser homem”**. A análise parte dos estudos publicados por Louis Althusser e Judith Butler, de que tanto o sujeito quanto o gênero são categorias fundamentalmente instáveis, produzidas e não naturalmente concebidas. A afirmação dessa instabilidade, comum aos autores, é um importante fundamento para entender que da relação entre os homens e violência podem surgir outros sujeitos que não os agressores, que os homens podem produzir outros modos de relação, consigo, com o mundo e com aquilo que entendem do próprio gênero.

Investigar a maneira como a violência faz variar essas instabilidades está implicado diretamente com o desejo de produzir com os homens estratégias de decomposição dessa relação (masculinidade-violência) e, portanto, produzir outras relações, com os homens e com o gênero.

Metodologicamente a pandemia de Covid-19 apresentou uma série de restrições aos trabalhos que são desenvolvidos com grupos, incluindo as intervenções com homens autores de violência. Uma vez que essa pesquisa iniciou anteriormente à pandemia, outras formas de pesquisar precisaram ser acionadas, um rearranjo na relação com o campo, com a própria Universidade, com os modos de produção de conhecimento, quando uma nova rotina se

impôs essencial à sobrevivência. A experiência do trabalho remoto, vídeo chamadas, entre outras formas de estabelecer contato, possibilitaram uma ampliação do campo de pesquisa, já que o “território virtual” não possui limitações espaciais, geográficas, limitações de deslocamento para estabelecer os contatos. Inicialmente o uso de tecnologias de comunicação digital foram a estratégia viável para mediar as relações, até então distanciadas, e de certa forma contribuíram para ampliar as interações do campo de pesquisa. No entanto, o uso dessas tecnologias tornou-se também uma adversidade à realização da pesquisa: o uso intensivo da comunicação digital e/ou até mesmo exclusivo para mediar relações e enfrentar o distanciamento físico, pelo longo período em que a população esteve desprotegida da ação do vírus, fez da possibilidade de expansão algo mais próximo da exaustão.

Nesse sentido, o caminho escolhido para acessar essa rede de práticas, nas condições que se apresentaram ao longo do percurso, foi realizar a análise a partir de dois documentários que já haviam registrado diferentes experiências de intervenção sob a relação homens-violência, trazendo relatos de participantes de grupos, condutores de grupos e trabalhadores das áreas da saúde, educação, justiça, segurança pública etc. Ainda que se considerem as limitações de uma edição prévia, esses dois registros apresentam uma rede de práticas discursivas muito diversa sobre a violência e os homens.

O encontro com esses relatos registrados em forma de documentário foi o caminho escolhido para acessar as práticas componentes dessa rede e, a partir daí, compartilhar as experiências e análises que realizamos a respeito da relação masculinidade-violência. Essa postura no encontro do pesquisador com o campo de pesquisa, vem da prévia experiência e aprendizados com as práticas da pesquisa-intervenção, de onde ressalto que

[...] não é a técnica ou o enquadre do campo que define o caráter de pesquisa-intervenção. Senão a posição que o pesquisador ocupa nos jogos de poder, fundamentalmente sua implicação com a instituição do saber científico, e sua abertura para criar zonas de indagações, de desestabilização que possam favorecer ao coletivo aflorar. (PAULON & ROMAGNOLI, 2010, p. 96).

## **Alguns dados sobre o cenário nacional da violência e sobre o contexto da pandemia de Covid-19**

No dia 27 de agosto de 2020 foi divulgada a nova versão do documento “Atlas da Violência”, relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que traz alguns dados e análises sobre a violência letal no Brasil. Nesta edição os dados são referentes ao período de 2008 a 2018. A taxa de homicídios no Brasil apresenta uma variação distinta a depender dos critérios de análise que o próprio documento traz e do período de tempo que se considera para a análise. Por isso, optei por apresentar primeiro o índice geral em dois momentos (nos anos mais recentes e no período 2008-2018) e depois como alguns marcadores – de faixa etária, gênero, raça, território - variam nesses momentos.

Nos anos mais recentes, entre 2017 e 2018, houve uma diminuição de 12% na taxa geral de homicídios no país (57.956 foi o número total de vítimas em 2018). No documento anterior, o Atlas da Violência de 2019 relatou um acontecimento específico que, entre 2016 e 2017, fez com que os homicídios aumentassem muito, sobretudo no Norte e Nordeste do país. A situação em questão foi a guerra entre facções penais, as maiores no Brasil (Primeiro Comando da Capital – PCC e Comando Vermelho – CV), além da participação de outros grupos parceiros. Já o documento atual traz um outro fator bastante relevante à análise e que impactou na redução de 12% dos homicídios em 2018: a qualidade dos registros, dos dados sobre mortalidade que piorou muito naquele ano. O índice de Mortes Violentas com Causa Indeterminada (MVCI) aumentou em 25,6%, o que contribuiu para que muitas informações sobre possíveis homicídios permanecessem desconhecidas. O ano de 2018 foi recordista nesse indicador. Como foi dito na versão mais recente do documento, estas são “mortes cujas vítimas foram sepultadas na cova rasa das estatísticas, sem que o Estado fosse competente para dizer a causa do óbito, ou simplesmente responder: morreu por que?” (CERQUEIRA *et al*; 2020, p. 9).

Sobre a análise do período de tempo maior, tanto a edição anterior quanto a atual falam de diversas razões que vinham influenciando a queda dos homicídios pelo país até o ano de 2017. Alguns dos fatores que os relatórios

associam a essa diminuição foram a transição demográfica da população - uma diminuição da proporção de jovens na última década e o Estatuto do Desarmamento, que freou a escalada de mortes com restrições mais rigorosas ao acesso e porte de armas e munições no país – no entanto, o Estatuto sofreu alterações significativas nos anos de governo do ex presidente Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022, flexibilizando o acesso às armas de fogo. A partir de 2023, sob o governo do presidente Lula, nos primeiros decretos assinados já foram revogadas diversas das medidas facilitadoras do acesso a armas e munições.

No que diz respeito à faixa etária das vítimas, jovens morrem por homicídio mais do que indivíduos de qualquer outra faixa etária. Dos 19 aos 25 anos os índices são muito mais elevados. Em uma comparação entre homens e mulheres dessas idades, mais da metade são homens. O número de homicídios de mulheres acompanha a taxa geral de diminuição entre os anos de 2017 e 2018. Embora a tendência seja positiva, é preciso olhar com certa desconfiança, principalmente pela perda na qualidade dos dados registrados. A própria avaliação no período de tempo mais longo indica que, entre 2008 e 2018, o Brasil teve um aumento de 4,2% nos assassinatos de mulheres<sup>1</sup>. “A taxa de homicídios em 2018 mais do que dobrou em relação a 2008: é o caso do Ceará, cujos homicídios de mulheres aumentaram 278,6%; de Roraima, que teve um crescimento de 186,8%; e do Acre, onde o aumento foi de 126,6%” (CERQUEIRA *et al*; 2020, p. 35). Enquanto isso, as maiores reduções não chegam nem perto dessas porcentagens, sendo localizadas no Espírito Santo (52,2%), em São Paulo (36,3%) e no Paraná (35,1%).

Se há uma diminuição é preciso analisar: que diminuição é essa? O que ela informa sobre a violência no país? Sobre as condições de existência de homens e mulheres? Para compreender a análise desses dados num cenário de aumentos constantes da violência é preciso acrescentar um outro fator, o

---

<sup>1</sup> O termo feminicídio também pode ser utilizado para falar sobre os assassinatos de mulheres. No entanto, a tipificação prevista na lei qualifica o feminicídio como uma das circunstâncias do crime de homicídio quando este acontece em contexto de violência doméstica e familiar ou por menosprezar/discriminar à condição de mulher. Nos dados do Ministério da Saúde, acessados para a produção do Atlas da Violência 2020, não consta a tipificação criminal dos homicídios, uma vez que é responsabilidade das investigações do sistema de justiça. Portanto, opto por seguir o padrão de análises do Atlas, não classificando todos os homicídios de mulheres como feminicídios, mas os homicídios registrados em residência como representantes dos índices de feminicídio.

critério racial. A desigualdade racial no Brasil é tão violenta que esses aumentos e diminuições podem ser separados da seguinte forma: “Se, entre 2017 e 2018, houve uma queda de 12,3% nos homicídios de mulheres não negras, entre as mulheres negras essa redução foi de 7,2%” (CERQUEIRA *et al*; 2020, p. 37). Quando analisado o período entre 2008 e 2018, essa diferença se comportou de outra maneira, evidenciando ainda mais o aumento da desigualdade racial: “enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7%, a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4%” (CERQUEIRA *et al*; 2020, p. 37). Em 2018, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Não obstante, na distribuição espacial da população, segundo cor ou raça, as regiões Norte e Nordeste concentram a maior parte da população negra do país (BRASIL 2010), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde as taxas de homicídio foram assustadoramente maiores.

Todos os números apresentados até agora – ou a ausência de números, pelas causas indeterminadas - mostram uma dinâmica dos homicídios no país e como essa dinâmica se modifica diante de alguns critérios, como a faixa etária, o gênero, a raça e o território. A distribuição geopolítica da morte sob o território brasileiro atende a critérios bem específicos e é possível perceber que a cada ano que passa, essa distribuição enrijece ainda mais as fronteiras da desigualdade. Faço destaque aqui à nota de rodapé do documento que diz:

Marielle Franco, mulher, negra, vereadora do Rio de Janeiro, é uma das milhares de mulheres que tiveram a vida ceifada precocemente pela violência naquele ano, e que constam desta estatística. Marielle não é apenas uma das vítimas mais conhecidas da violência em 2018, mas é também a representação da parcela da população mais vulnerável à violência, evidenciando que os marcadores sociais de raça e gênero são determinantes para compreender a desigualdade da violência no Brasil. Apesar da importância simbólica e da repercussão internacional desse assassinato, até hoje, mais de dois anos depois, a sociedade ainda aguarda o desfecho do caso, com a identificação dos mandantes, ficando a pergunta: “quem mandou matar Marielle?”. (CERQUEIRA *et al*; 2020, p. 37)

Os homicídios podem ser vistos como um expoente da “mensagem de desumanização que já está em ação na cultura” (BUTLER, 2019b, p. 54), ou seja, fazem parte de um processo múltiplo que se organiza a partir da

articulação entre diferentes forças opressivas. Acompanhar essas articulações significa também acompanhar o processo de distribuição de risco e vulnerabilidade sobre a população. Mas o necroestado<sup>2</sup> brasileiro não deve ser subestimado sob a forma caricatural de um algoz que age diretamente e com “as próprias mãos”, a partir de instituições como as polícias, presídios ou até mesmo as milícias presentes no cenário político. A sofisticação das técnicas que distribuem a morte precisam considerar uma certa descentralização do poder de matar. E como fazer isso? Criando condições de vulnerabilidade para a população, fazendo da violência uma forma de ação.

Quem assume a “carteirinha de funcionário” do necroestado brasileiro e põe em prática a ação violenta também são “homens comuns”<sup>3</sup>, não necessariamente ligados às funções institucionalizadas do Estado. Ainda perdura a máxima de que os homens são os que mais matam e mais morrem no Brasil. Desde cedo são interpelados<sup>4</sup> a constituir-se como sujeitos através de relações violentas nos grupos entre meninos, crianças, onde hierarquias e hegemonias são produzidas e reproduzidas, tomando como parâmetro as características de macho mais macho possível (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013; WELZER-LANG, 2001). A manifestação dessas características é também uma forma de mediação da relação entre homens, tornando-os mais próximos ou distantes.

---

<sup>2</sup> Esse termo refere-se ao conceito de Necropolítica (2018), de Achille Mbembe. Para o autor, Necropolítica é um modo de atuação política específica que, pela via do racismo, faz com que o Estado coloque em exercício suas funções assassinas.

<sup>3</sup> A polonesa Wislawa Szymborska escreveu um poema chamado “Terroristas” (2016, p. 288). Nele a autora expressa como os atos de violência não são frutos de uma natureza maligna, de uma predisposição ao terror ou maldade. Pelo contrário, o terrorista também vive um cotidiano absolutamente banal. Nesse sentido, a autora diz: “Dias inteiros eles ficam pensando como matar, para matar, e quantos matar para matar muitos. Fora isso comem com apetite, rezam, lavam os pés, alimentam os pássaros, dão telefonemas coçando o sovaco, estancam o sangue quando machucam o dedo, se são mulheres, compram absorventes, sombra para as pálpebras, flores para os vasos, todos gracejam um pouco quando de bom humor, bebem suco cítrico da geladeira, à noite olham a lua e as estrelas, colocam fones de ouvido com música suave e adormecem gostosamente até a aurora - a menos que o que estão pensando devam fazer à noite”.

<sup>4</sup> Segundo Althusser, a interpelação é uma operação muito precisa que “recruta” sujeitos dentre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (ela transforma a todos)” (1985, p. 90). As proposições do autor sobre a interpelação e as formas como nos produzimos e reconhecemos enquanto sujeitos são resgatadas por Judith Butler para teorizar também a produção e reconhecimento do gênero.

Desde expressões como “que as mulheres sejam recatadas e do lar” até as supostas ameaças de destruição da “família tradicional”, o cenário político e midiático brasileiro está repleto de discursos que demonstram a preocupação de manutenção da dinâmica patriarcal. A explosão discursiva em defesa da família, sobre funções sociais de homens, mulheres, meninos e meninas, sobre as intimidades do ambiente doméstico, acompanha o movimento também crescente de casos de violência contra a mulher no ambiente doméstico. Defender a “família tradicional” e assassinar as mulheres são ações que têm caminhado lado a lado. São duas formas de ação que comunicam mensagens muitas vezes indiscerníveis.

As análises do Atlas da Violência mostram que entre os anos de 2013 e 2018, a taxa de homicídio de mulheres apresentou um comportamento distinto em função do ambiente: homicídios fora de casa diminuíram 11,5%, ao mesmo tempo, dentro de casa aumentaram 8,3% (CERQUEIRA *et al*; 2020). Há um indicativo de crescimento dos casos de feminicídios. Imagine agora o que acontece quando juntamos a escalada da violência letal no Brasil com uma situação de crise política, econômica, ambiental e sanitária, sob o plano de fundo de uma pandemia global. Cresce o desemprego, a inflação, a fome e até mesmo o auxílio emergencial disponibilizado pelo governo federal sofre cortes, expondo quase toda a população a condições ainda maiores de vulnerabilidade. A análise que faço sobre alguns dados e informações da pandemia de Covid-19 demonstra que essa dinâmica da violência nas residências tornou-se ainda mais presente. O Atlas de 2020 indica que a chance de uma mulher morrer vítima de violência dentro de casa é 2,7 vezes maior do que a de um homem, ainda maior se essa mulher for negra e se houver uma arma de fogo em casa. O contexto do isolamento social tão prolongado como o que vivemos aumentou o risco das mulheres sofrerem com violência ou até serem mortas pelos parceiros.

Algumas informações sobre esse risco na pandemia foram emitidas pela nota técnica do Ministério Público de São Paulo (MPSP), afirmando que no ano de 2019 houve uma diminuição de 10% dos casos de prisão em flagrante devido à violência doméstica. Já em um mês de pandemia os casos aumentaram 51,4% em relação ao mês anterior, assim como os pedidos de



medidas protetivas que aumentaram 29% (MPSP, 2020). O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) também lançou uma nota sobre violência doméstica durante a pandemia de covid-19 e dessa nota eu destaco a pesquisa realizada em parceria com o laboratório de pesquisas digitais *Decode Pulse*: foi realizado um monitoramento na rede social Twitter/X sobre os relatos de brigas de casais vizinhos com indícios de violência doméstica. Entre fevereiro e abril houve um aumento de 431% dos relatos, sendo que mais da metade foram feitos só no mês de abril. Outros dados apresentados foram sobre dias e horários de maior concentração dos relatos, respectivamente publicados às sextas-feiras entre 20h e 3h da manhã. Entre os usuários e usuárias que reportaram brigas de casal de fevereiro a abril, mulheres publicaram mais relatos, 67% do total.

Sem lugar seguro, as mulheres estão sendo obrigadas a permanecer mais tempo no próprio lar junto a seu agressor, muitas vezes em habitações precárias, com os filhos e vendo sua renda diminuída.

Uma das consequências diretas dessa situação, além do aumento dos casos de violência, tem sido a diminuição das denúncias, uma vez que em função do isolamento muitas mulheres não têm conseguido sair de casa para fazê-la ou têm medo de realizá-la pela aproximação do parceiro. (BUENO *et al*, 2020, p. 3)

A proposta que me interessa pensar para intervir nas situações de violência é a de colocar em análise, sobretudo, as relações entre os homens e violência como um dos aspectos de construção da subjetividade masculina. Ainda que o número de denúncias seja muito inferior ao número de situações de violência ocorrida, já existem diversos estudos que trazem as narrativas de homens autores de violência e indicam a necessidade de intervir nas performatividades<sup>5</sup> do gênero que se produzem por meio das expressões de violência (ALVES & DINIZ, 2005; ALVIM & SOUZA, 2005; BEIRAS & CANTERA, 2012; COELHO & CARLOTO, 2007; CONRADO, 2000; ROSA, 2008). No caso daqueles que já passaram por um processo de denúncia e intervenção jurídica e psicossocial os argumentos apresentados pelos homens,

---

<sup>5</sup> Para Judith Butler, “A performatividade não é, assim, um ‘ato’ singular, pois ela é sempre uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas. E na medida em que ela adquire o *status* de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição.” (2015, p. 121). Performatividade de gênero, portanto, é tomado aqui como efeito de uma dinâmica de poder que produz constantemente os fenômenos que ele regula. O que se torna inteligível e reconhecível é exatamente aquilo que se manifesta e isso é feito de forma a desconsiderar a historicidade do processo de produção do gênero.

os sentidos atribuídos a violência, tentam normalizar os atos como um modo de ser, uma forma de educar, a partir de diversas motivações como ciúmes, dificuldade financeira, dependência química, confrontação, recusa sexual etc. A compreensão que esses homens expressam sobre os atos praticados demonstra como o problema da violência tem sido localizado numa dimensão individual, íntima e particular daqueles sujeitos.

Quando coloco a questão “o que fazer com os homens?”, está aí subentendido que os homens também são feitos, que “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância” (BUTLER, 2015, p. 69). Sendo tomado como processo de uma construção contínua, uma “cristalização” que não deixa de ser uma regulação insistente, reiterativa, o processo de constituição das masculinidades está sempre aberto à intervenção, ressignificação e subversão de um posicionamento acrítico da identidade. Portanto, penso a intervenção ou o “fazer (com) os homens” como uma maneira de colocar em análise as regulações das identidades masculinas violentas, os processos de naturalização que dão suporte e sentido ao exercício da violência.

### **Das Organizações Não Governamentais à Lei Maria da Penha**

O campo de trabalho de intervenção com homens autores de violência é relativamente recente, institucionalizado a partir da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha – e que pela pouca experiência prática, dados os desafios de financiamento, sistematização teórica e metodológica, qualificação de trabalhadores/as etc (NOTHAFT & BEIRAS, 2019), encontra-se num momento de experimentação de práticas diversas e trocas de experiências que aos poucos tem constituído o coletivo de trabalho de intervenção. A maior parte das experiências, no entanto, não vem dos grupos previstos pela Lei Maria da Penha, mas por iniciativas de ONGs, movimentos sociais, grupos diversos que estabelecem vínculo com o sistema de justiça ou mesmo grupos que se

propõem a discutir masculinidades de um modo amplo, eventualmente tocando nos assuntos sobre violência.

As primeiras intervenções brasileiras em situações de violência doméstica e familiar tiveram início na década de 1990, ainda sob as diretrizes da Lei 9.099/1995 que não previa a realização de grupos, mas pelo contrário, até considerava o crime como de “menor potencial ofensivo”. A realização de grupos, no entanto, surgiu como iniciativa de movimentos sociais, como a organização não governamental de São Paulo “PRÓ-Mulher, Família e Cidadania” que entendendo a necessidade de politização das medidas de enfrentamento à violência, realizava mediações com as famílias envolvidas nos casos julgados pela lei 9.099/95, assim como grupos com as mulheres violentadas e os homens denunciados (NOTHAFT & BEIRAS, 2019). A promulgação da Lei Maria da Penha é fruto de mudanças importantes na compreensão sobre a violência doméstica e familiar, especialmente sobre a necessidade de medidas protetivas e formas de apoio às vítimas, devido às condições específicas de risco para as mulheres. No início do texto da lei diz:

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (BRASIL, 2006)

Além de todas as medidas de assistência e proteção direcionadas às mulheres vítimas de violência, o texto também institucionalizou a proposta de intervenção que estava sendo experimentada por diversos grupos e ONGs no Brasil, mais especificamente o trabalho com os homens autores das violências. Os principais pontos são descritos nos artigos 35 e 45 da lei que propõem a criação dos centros de educação/reabilitação e a determinação de comparecimento obrigatório a estes serviços, respectivamente. Estas medidas representam um avanço para o combate às formas de violência contra as mulheres, em especial àquelas que ocorrem no ambiente doméstico, contexto crescente no país. No entanto, a análise de dados do Atlas da Violência

também coloca questões importantes para pensar a institucionalização dessas ações. O período de 2008 a 2018 apresentou, ao mesmo tempo, diminuição e aumento significativos da violência para grupos distintos de mulheres (brancas e negras), efeitos de práticas discriminatórias no sistema legal de proteção. Por isso a importância de pensar sobre a dimensão micropolítica<sup>6</sup> das estratégias de enfrentamento à violência, para além das mudanças constituintes.

Ao realizar esse trabalho com os homens, o assunto não pode ser tratado como uma patologia individual<sup>7</sup>, de um “sujeito desajustado”, muito menos a preocupação deve ser em “reinseri-lo” ao convívio social (GRANJA & MEDRADO, 2009). Para que a assistência psicossocial aos homens autores de violência torne-se uma ferramenta crítica e ética de intervenção, no sentido de produzir uma transformação social, subjetiva, de pôr em crise as identidades de gênero e todo tipo de rigidez a elas associadas, com princípios igualitários, será preciso problematizar também ferramentas de criminalização presentes na lei. Ou seja, colocar em prática um exercício analítico de responsabilização e que trabalhe as dicotomias que surgem com o próprio processo de denúncia (agressor-ofendida, condenação-proteção, homem-mulher, cis-trans, homo-hetero, indivíduo-sociedade) de forma que possam convergir numa análise complexa, onde sejam contemplados também os efeitos produzidos por este processo de intervenção (jurídica e psicossocial).

## **Uma atitude teórica na abordagem do problema**

---

<sup>6</sup> Com dimensão micropolítica me refiro aos diferentes modos de apreensão de uma problemática que emergem da experiência singular dos sujeitos e escapam às modelizações/regras já estabelecidas pelas leis. “Isso não quer dizer que a dimensão micropolítica implique uma implosão contestadora, que proíba toda e qualquer possibilidade de organização da palavra, da ação etc. Quer dizer, simplesmente, que tal dimensão vai reinjetar, de maneira contínua, todos os elementos a-significantes, todos os elementos de singularidade; ela vai tornar complexas as questões no momento mesmo em que, finalmente, pareciam ser bastante simples” (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p. 292).

<sup>7</sup> O problema desse modelo psicopatológico é a inevitável separação entre condutas “normais”, cotidianas e as que surgem como categorias “especiais”, desvios. Considerar a violência como patologia é, mais uma vez, restringir a análise ao sujeito individual. Não há necessidade de questionar as dimensões sociais ou relacionais se o diagnóstico é individualmente assumido. Assim é ignorada a maneira como a performatividade masculina/viril e violenta faz atualizações dos valores e condutas patriarcais.

Na proposta de abordagem deste problema gostaria de destacar a questão primordial que são as instabilidades e estabilidades de gênero, do ser e tornar-se homem, de reconhecer e questionar o pertencimento a certa identidade masculina, os limites e fronteiras dessa identidade. Da mesma forma sempre estiveram presentes as indagações sobre como e por onde realizar uma fuga à vigilância das identificações, classificações, nomeações, sem necessariamente lançar-se a uma zona de pura indeterminação social, mas considerando que também somos desfeitos nesses processos de identificação. Essa “vigilância” é parte vívida e constante do processo de constituição das identidades, de estabilização das normas de gênero, que remete à coerência do “sistema sexo-gênero-desejo” (RUBIN, 2017; BUTLER, 2015) e a manutenção desse sistema por “ideais regulatórios” (FOUCAULT, 2017) sobre a sexualidade. Nesse processo de identificar-se e desidentificar-se, há uma mobilidade que interessa analisar, uma vez que essas regulações não ocorrem de forma simples, mecânica ou coercitiva. Se o processo de constituição das identidades passa por uma regulação das normas de gênero, devemos considerar também as falhas nessa regulação.

O interesse pelos estudos de gênero parte de uma sempre renovada esperança de que ele seja mais do que um “marcador social”, uma categoria de análise. A ideia de pensá-lo como marcador social faz com que o gênero, enquanto ferramenta teórica, marque o campo social ou seja capaz de destacar certas nuances, certa textura presente nas relações sociais, políticas, econômicas sem que ele mesmo seja marcado de volta. Com isso não estou afirmando que a história e as análises sobre a formulação desse conceito estão esquecidas. São inúmeras as pesquisas, estudos e debates sobre a historicidade da categoria “gênero”, entre muitos dos quais a relevância desta categoria tem sido questionada para os trabalhos atuais<sup>8</sup>.

No entanto, parto do interesse de que além de uma ferramenta teórica, *uma categoria útil de análise histórica* (SCOTT, 1995) gênero pode ser pensado como um campo de investigação dos próprios processos que o constituem. O

---

<sup>8</sup> Como exemplo e indicação, o livro da socióloga nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí, sobre o uso da categoria gênero para analisar as relações sociais iorubás, “A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero” (2021).

gênero é aqui compreendido como uma *situação estratégica complexa* (FOUCAULT, 2017) para os processos de constituição dos sujeitos. Compreendido como uma rede de diversas operações de poder que tentam fixar, estabilizar essas *situações* para apresentá-lo como substância, possuidor de uma consistência interna determinada, conhecida, limitada e limitadora (BUTLER, 2015). São diversos discursos que se entrelaçam para formular o que seria o “ponto zero” do gênero, a dimensão natural sob a qual a cultura se inscreve, supostamente. São diversas tentativas de defini-lo ou extrair do conceito o seu radical irreduzível, de onde partem as variações possíveis (ser deste ou daquele jeito, com as mais variadas expressões).

Apresentá-lo como uma *situação estratégica complexa* parte de uma outra atitude, uma que aborda o gênero a partir dos movimentos feitos para constituir o que ele promete ser. É uma tentativa de acompanhar a produção do gênero ao invés de partir dele como algo que organiza a sociedade desta ou daquela forma. Chamo de *situação* pelo seu caráter temporal, provisório, de maior ou menor instabilidade. *Estratégica* devido aos encadeamentos de discursos em rede que criam suporte uns aos outros para estabelecer um ideal de confirmação e veracidade. Esses encadeamentos não ocorrem de forma aleatória, tampouco planejada com antecedência, mas são estabelecidos a partir dos *efeitos de verdade* que são capazes de produzir ao coexistirem. Por fim, trata-se de uma situação *complexa* devido às operações que não se repetem mecanicamente como forma de perpetrar uma estrutura. Ao invés disso, essa complexidade envolve uma variação das estratégias, uma indeterminação de origem, ponto central ou sequência causal. Os suportes que os encadeamentos de discursos encontram são móveis, desiguais e “induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis” (FOUCAULT, 2017, p. 101).

Ao falar das operações que participam dessa situação estratégica complexa, escolhi me deter em duas delas para analisar a relação violência-masculinidade nas redes de práticas discursivas. Essas são operações que foram teoricamente descritas por Louis Althusser e Judith Butler, especialmente pela revisão e diálogo de Butler com os escritos de Althusser. Interpelação e Performatividade são os nomes dados a essas duas

operações conceituais que convergem em determinados momentos e dialogam sobre as diversas situações de produção do gênero. Dessa forma, acredito que algum grau de vitalidade possa ser renovado frente às experiências de totalização e codificação da vida que as identidades de gênero, por vezes, produzem.

## 1. O SUJEITO, COM ALTHUSSER

### 1.1 Ideologia

No ensaio intitulado “Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado”, Louis Althusser, filósofo franco-argelino, produziu reflexões importantes sobre a produção de sujeitos no modo de produção capitalista, sujeitos envolvidos com a reprodução das relações de produção, presentes no regime político e econômico dominante. Há, portanto, uma caracterização já muito importante presente nessa teoria que articula identidade e política: o vínculo entre a produção de certos sujeitos e o sistema político-econômico.

Althusser parte de uma análise da teoria marxista do Estado, considerando as descrições a respeito da divisão entre Superestrutura e Infraestrutura, para evidenciar os modos de dominação da classe dominante que estão para além do uso direto da força, coerção e violência. A dominação perpetuada pela classe dominante faz uso da Ideologia, mas não se trata aqui de um estilo de vida, um conjunto de ideias ou crenças. Diferente do sentido mais comum, quando se diz que ideologia é aquilo que guia uma prática, Althusser defende o contrário: é a repetição de um conjunto de práticas ideológicas materiais que serve de apoio para as crenças do indivíduo. Seguindo o exemplo do autor, alguém somente crê em Deus porque vai reiteradamente à Igreja, entre outros atos rituais que fazem parte da ideologia religiosa cristã.

As ‘ideias’ de um sujeito humano existem nos seus atos, [...] nós falaremos de atos inseridos em *práticas*. E faremos notar que estas práticas são reguladas por *rituais* em que elas se inscrevem, no seio da *existência material de um aparelho ideológico* (ALTHUSSER, 1985, p. 87)

Quando surge na análise a função da Ideologia, esta diz respeito a modos de fazer, de agir, a Ideologia deve ser pensada como *práticas* realizadas reiteradamente, como *rituais* que se efetuam mediante algumas instituições, mais especificamente os chamados Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). A Ideologia tem, precisamente, a função de constituir sujeitos, recrutá-los a ocupar uma determinada posição, no interior de uma formação social, para que sejam explorados na reprodução das relações de produção capitalistas. Ou seja, por um vínculo que não necessite ou necessite menos da forma de coerção repressiva.

Para compreender a abordagem de Althusser sobre a Ideologia, sobre o mecanismo de interpelação na produção de sujeitos, trarei algumas pontuações das principais teses que compõem os argumentos do autor, mas não pretendo aprofundar nos detalhes de cada tese. Ao invés disso, farei uma exposição breve daquilo que serviu como subsídio para o autor formular o conceito de interpelação. Mais adiante, será possível analisar também as apropriações críticas feitas por Judith Butler sobre a interpelação e o uso que a autora faz para analisar a produção do gênero. Esta é, também, uma das contribuições teóricas fundamentais para compreender o conceito de performatividade de gênero, desenvolvido pela autora.

## 1.2 De onde partir: teses fundamentais

Dissemos (e esta tese apenas retomava as proposições célebres do materialismo histórico) que Marx concebe a estrutura de qualquer sociedade como constituída pelos 'níveis' ou 'instâncias', articulados por uma determinação específica: a *infraestrutura* ou base econômica ('unidade' das forças produtivas e das relações de produção), e a *superestrutura*, que comporta em si mesma dois 'níveis' ou 'instâncias': o jurídico-político (o direito e o Estado) e a ideologia (as diferentes ideologias, religiosas, moral, jurídica, política, etc.). (ALTHUSSER, 1985, p. 25-26)

Partindo da dicotomia proposta por Karl Marx entre infraestrutura e superestrutura, como categorias que permitem descrever as instâncias de qualquer contexto social ou modo de produção, Althusser propõe, no nível



superestrutural, uma diferença entre os Aparelhos Repressivos de Estado (ARE) e os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Estes, com toda a pluralidade e autonomia relativa que possuem, atuam por meio da Ideologia, cuja função estrutural específica é a produção de sujeitos.

No entanto, não se trata de qualquer produção de sujeitos. É preciso dizer que os AIE têm a sua eficácia determinada pelo nível econômico, ou seja, trata-se sempre da produção de sujeitos mediante a economia nos diferentes modos de produção sócio-históricos (ALTHUSSER, BALIBAR e ESTABLET, 1980).

A respeito do papel da Ideologia explorado nos trabalhos de Althusser, trago uma síntese das principais afirmações do autor, que foram desenvolvidas como teses fundamentais para o principal argumento sobre a Ideologia:

- 1 “A ideologia não tem história” (ALTHUSSER, 1985).
- 2 “A ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições de existência” (ALTHUSSER, 1985). Na ideologia está representada uma relação imaginária dos indivíduos (as ilusões e concepções de mundo) que fazem alusão a uma materialidade: as condições existenciais reais. [...] Não são as condições de existência reais, o seu mundo real, que “os homens” “se representam” na ideologia, mas é a relação dos homens com estas condições de existência que lhes é representada na ideologia. [...] Na ideologia, o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais em que vivem” (ALTHUSSER, 1985, pp. 80-82).
- 3 “A ideologia tem uma existência material” (ALTHUSSER, 1985). Práticas, ações reguladas, ritualizadas. A ideologia é materializada no interior dos Aparelhos Ideológicos de Estado.
  - a “Só existe prática através e sob uma ideologia” (ALTHUSSER, 1985);
  - b “Só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos” (ALTHUSSER, 1985).

A partir do desenvolvimento dessas teses conjuntas, Althusser chega à elaboração da tese central do escrito a que nos interessa: “A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos” (ALTHUSSER, 1985). Essa proposta traz uma mudança fundamental na concepção sobre os sujeitos, um “giro anti-humanista”, na qual o sujeito não é mais uma presença primeira ou “dono de si”, não pode ser definido, somente, a partir de sua consciência. Ao contrário, o que essa tese afirma é que o sujeito é o efeito de práticas mais amplas e anteriores a ele, “sujeito” é uma categoria que faz parte do funcionamento de toda Ideologia.

[...] a ideologia ‘age’ ou ‘funciona’ de tal forma que ‘recruta’ sujeitos entre os indivíduos (recruta-os a todos), ou ‘transforma’ os indivíduos em sujeitos (transforma-os a todos) por esta operação muito precisa a que chamamos de *interpelação*, que podemos representar-nos com base no tipo da mais banal interpelação policial (ou não) de todos os dias: “Ei! Você”. (ALTHUSSER, 1985, p. 99)

Assim, o que se produz é um descentramento do sujeito, ao considerá-lo como efeito de práticas mais amplas que o antecedem e que o nomeiam<sup>9</sup>. Não há um sujeito antes de sua sujeição à Ideologia, entendida esta como mecanismo transhistórico que tem por função o recrutamento de indivíduos concretos em sujeitos. Assim, o processo de interpelação pode ser descrito como a infundável e silenciosa tarefa de nos constituirmos:

A humanidade só inscreve nos memoriais de suas guerras seus mortos oficiais, aqueles que souberam morrer a tempo, ou seja, tarde, homens, em guerras humanas, nas quais só se dilaceram e se sacrificam lobos e deuses *humanos*. A Psicanálise se ocupa, apenas nos seus sobreviventes, com uma outra luta, a única guerra sem memórias nem memoriais que a Humanidade finge nunca haver travado, aquela que ela pensa ter sempre ganho de antemão, pura e simplesmente porque ela só existe pelo fato de lhe haver sobrevivido, de viver e de gerar-se como cultura na cultura humana: guerra que se trava, a cada instante, em cada um de seus rebentos que devem percorrer, cada um por si, projetados, expulsos, rejeitados, na solidão

---

<sup>9</sup> Esse é um dos exemplos onde o autor destaca que até uma das práticas de maior grau de individualização, o uso de um nome próprio, só é possível, inicialmente, quando atribuído por um outro que antecede esse sujeito. Ou seja, funciona com a lógica do impessoal: o fato que distingue quem eu sou, o meu nome, é uma marca imposta por outros que eu acato e que também apresento para produzir e compreender quem eu sou ou quem eu estou me tornando.

e contra a morte, a longa marcha forçada que, de larvas mamíferas, faz crianças humanas, *sujeitos*. (ALTHUSSER, 1984, pp. 61-62)

A interpelação supõe que os sujeitos se reconheçam, como sujeitos, nesse discurso, mas ao mesmo tempo, que desconheçam a dimensão performativa desse discurso para constituí-los como sujeitos. A identidade do sujeito é efeito de um movimento duplo: o reconhecimento de si, no chamado que o interpela e, ao mesmo tempo, o desconhecimento da performatividade desse discurso. O efeito-sujeito depende da prática da interpelação para a realização desse movimento de reconhecimento-desconhecimento. Dessa forma, é produzida a ideia de uma identidade estável, pela qual podemos nos apresentar:

reconhecer que somos sujeitos não nos dá apenas consciência de nossa prática incessante (eterna) de reconhecimento ideológico – sua consciência; quer dizer, seu reconhecimento – mas não nos dá em nenhum caso o conhecimento (científico) do mecanismo deste reconhecimento” (ALTHUSSER, 1985, p. 141).

O conceito de identidade é afirmado aqui como um efeito desse reconhecimento-desconhecimento. O sujeito se reconhece como um “eu”, a causa/motivo da interpelação, acreditando ser proprietário de uma consciência responsável pelo chamamento que se dirige a ele (RÉ, 2017).

O sujeito emerge como efeito de um poder que é ambivalente. Ao mesmo tempo em que os Aparelhos Ideológicos o submetem a ideologia dominante, chamando-o a ocupar uma posição determinada numa dinâmica social (dimensão subordinadora), desse processo também resulta a produção de uma identidade que o permite agir nessa dinâmica social (dimensão habilitante).

A análise que podemos extrair dessa relação é que o poder não pode ser tomado como algo ruim, perverso ou contra o qual precisamos nos revoltar. Não se trata, apenas, de algo que pressiona o sujeito, oprime e subordina, mas ao contrário, o poder é algo que forma o sujeito e, por isso, algo que o sujeito depende para realizar sua existência e sua continuidade.

## 2. O GÊNERO, COM BUTLER

Em “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, publicado originalmente em 1990, Judith Butler colocou em análise a noção de identidade, enfatizando a produção da verdade sobre os sexos e a compulsoriedade do sistema sexo-gênero-desejo. Em última instância, o trabalho que a autora realizou “nos dá indicação para compreendermos as razões políticas da visão do gênero como substância” (BUTLER, 2015, p. 53). Com a apresentação do conceito de performatividade de gênero, foi evidenciado como nas diversas práticas (corporais e/ou discursivas) os sujeitos adquirem reconhecimento e inteligibilidade para tornarem-se sujeitos de ação.

Num livro posterior, 5 anos mais tarde, dando continuidade às teorizações sobre sexo, gênero e identidade, principalmente pela repercussão alcançada com “Problemas de gênero”, a autora retoma, em um dos capítulos, o conceito de interpelação de Louis Althusser (1985) para algumas novas análises. O livro em questão se chama “Corpos que importam: os limites discursivos do ‘sexo’” e o capítulo “*Gender is burning*: questões de apropriação e subversão”.

Butler discute o capítulo a partir do conceito de interpelação de Louis Althusser, fundamental para pensar a formação jurídica e social dos sujeitos. Há na cena de interpelação um ato de linguagem, uma chamada de atenção, onde um indivíduo qualquer é convocado por uma autoridade a responder por um determinado lugar social. A convocação (no exemplo de Althusser feita por um policial com “Ei, você aí!”) e o gesto de virar-se como resposta a essa convocação, são as formas exemplificadas de como um indivíduo pode constituir-se enquanto sujeito.

Dois efeitos importantes estão presentes nesses atos e são analisados pela autora: a produção de uma repreensão pela “voz” da lei, ou seja, essa “voz” convoca o indivíduo a partir de uma lei que foi infringida, daí o chamamento, a repreensão, ordenação da conduta; e a produção do reconhecimento, ou seja, emerge na cena “alguém” que ao se apropriar dessa

repreensão e se dispor a respondê-la, deixa de ser indiferente e obtém o reconhecimento. Considerando esses efeitos no processo de constituição dos sujeitos, a autora coloca uma questão importante que é: “Existiriam outras maneiras de ser interpelado e constituído pela lei, maneiras de ser ocupado e ocupar a lei que desarticulam o poder de punição do poder de reconhecimento?” (BUTLER, 2019a, p. 217). Butler coloca dúvidas sobre essa relação punição-reconhecimento que aparece na descrição de Althusser para pensar, a partir daí, sobre as possibilidades de estabelecer uma relação crítica com a lei, pensar a produção do reconhecimento de uma outra forma, que não seja pela identificação enquanto infrator da lei. Ela afirma que Althusser não considera as desobediências possíveis que o próprio ato de interpelação produz. Essa dinâmica da lei interpelatória (chamamento da autoridade – virada do indivíduo para sujeito), não sendo tão taxativa quanto parece, produz um sujeito capaz de interferir no próprio funcionamento da lei:

No local onde se espera a uniformidade do sujeito, onde a conformidade da conduta do sujeito é ordenada, poderia se produzir a recusa da lei sob a forma de um acatamento paródico em que se questione sutilmente a legitimidade do mandato, uma repetição da lei em forma de hipérbole, uma rearticulação da lei contra a autoridade de quem a profere. Aqui, o performativo, a chamada pela lei que visa a produzir um sujeito legal, produz um conjunto de consequências que ultrapassam e perturbam o que parece ser a intenção de impor uma disciplina que motiva a lei. Assim, a interpelação perde sua condição de simples ato performativo, um ato do discurso que tem o poder de criar aquilo a que se refere, e cria mais do que estava destinada a criar, um significante que excede a qualquer referente pretendido. (BUTLER, 2019a, p. 217)

Exceder, no entanto, não significa desvincular-se completamente dessa lei que participa do processo de constituição da subjetividade. Não faria sentido pensar, nesse processo, a partir de dicotomias e oposições, como sendo o sujeito constituído pela lei ou externo a ela, tampouco pensar o “eu” e os “outros” como oposições irreconciliáveis.

[...] o fato de colocar esse “eu” entre aspas bem pode ser crucial para refletir sobre a ambivalência constitutiva do que está implicado em ser constituído socialmente, quando o termo *constituição* carrega tanto o sentido habilitador quanto o sentido violador do termo *sujeição* (BUTLER, 2019a, p. 218).

Nas palavras de Butler, esse “eu” é produzido a partir de uma série de interpelações que convergem, se acumulam, confrontam-se, mas em nenhum

momento desses encadeamentos a historicidade das interpelações pode ser subtraída. Como exemplo, posso citar o chamado do nome da criança pela primeira vez e as interpelações que seguirão a partir daí, mas penso também nos momentos que antecedem essa convocação pelo nome, momentos que produzem algumas condições para a “chamada” que está por vir: a identificação de genitália nas ultrassonografias, o que influencia na atribuição compulsória do gênero e conseqüentemente a escolha dos nomes entre femininos ou masculinos, assim como nos mais atuais “chás de revelação”, momentos de grande tensão onde são produzidas e reproduzidas algumas das posições/oposições sociais a serem ocupadas pelos fetos.

Mas, é preciso considerar que se existem nas interpelações processos de violação, estes não são totalizantes. Podem ser ressignificados. A posição de sujeito situada nos encadeamentos e historicidade específica, pode ser rearticulada, mesmo que o sujeito esteja “*implicado* nas relações de poder, capacitado pelas relações de poder a que o ‘eu’ se opõe” (BUTLER, 2019a, p. 218). O que analiso sobre esse ponto é a proposição da autora de que existe na interpelação possibilidades para o sujeito realizar uma afirmação de si, estranhar-se e fazer diferir o reconhecimento produzido nas cenas de interpelação. Butler insiste que essa rearticulação da lei, das normas culturais e relações de poder só é feita considerando os vínculos relacionais que estabelecemos. A alteridade é uma condição fundamental para ser, vir a ser e/ou deixar de ser, ela persiste, seja nas obediências ou desobediências da lei. Assim também é afirmado no livro *Vida Precária*, quando a autora diz: “Percebo que minha própria formação compromete o outro em mim, que minha própria estranheza para comigo mesma é, paradoxalmente, a fonte de minha conexão ética com os outros” (BUTLER, 2019b, p. 67). Não há um sujeito substancial, um sujeito independente no sentido de autodeterminado. Tampouco um sujeito anterior ao que foi construído no encontro com o outro,

[...] em que a demanda para ressignificar ou repetir os próprios termos que constituem o “nós” não pode ser sumariamente recusada, mas tampouco pode ser seguida com estrita obediência. É o espaço dessa ambivalência que abre a possibilidade de reformular os próprios termos pelos quais a subjetivação ocorre – e fracassa em ocorrer. (BUTLER, 2019a, p. 220)

A partir destes apontamentos, a autora segue (no livro “Corpos que Importam”) com o debate analisando as paródias das normas dominantes de gênero, presentes no filme “Paris is Burning”, pelas práticas *drag queen* (uso de roupas, perucas, acessórios e gestos capazes de montar uma performance na qual o sujeito é lido enquanto uma mulher hiperbólica). O que segue no texto são questionamentos sobre os espaços de ambivalência das normas de gênero, as desnaturalizações e reconsolidações das normas que acontecem em ato, nas práticas *drag* presentes no filme-documentário. Nesse sentido, a análise da autora busca o que há de deslocamento, de subversão, contestação ou não, nos processos de identificação com um gênero. É afirmado que

“Ser homem” ou “ser mulher” são assuntos internamente instáveis. Estão sempre acometidos por uma ambivalência precisamente porque há um custo na assunção de cada identificação, a perda de algum outro conjunto de identificações, a aproximação forçada de uma norma que nunca pôde ser escolhida, uma norma que nos escolhe, mas que nós ocupamos, invertemos e ressignificamos na medida em que ela fracassa em nos determinar por completo. (BUTLER, 2019a, p. 223)

A prática *drag* demonstra como a presunção de normatividade e originalidade dos gêneros (masculino e feminino) pode ser contestada. Se o discurso heterossexual afirma-se como uma espécie de “marco zero”, ponto de origem da produção dos gêneros, se homens e mulheres só são o que são por conta de uma diferença sexual primordial, a prática *drag* demonstra que não há origem ou natureza. O que há no gênero é uma estrutura imitativa, quando o corpo, ao ser “montado”, consegue expor o ideal regulatório (de masculinidade ou feminilidade) e portanto é reconhecido como homem ou mulher. Ainda que a repetição/imitação das normas nunca determine por completo, ou seja, nunca satisfaz por completo as idealizações do que quer que seja a feminilidade ou masculinidade, cada imitação atualiza esses ideais, rearticula os significados do que é ser homem e ser mulher. Essas transformações são possíveis justamente porque os sujeitos se ocupam das normas e nelas encontram essa abertura à ambivalência.

## 2.1. Performatividade de gênero

Aqui é importante delimitar o conceito de performatividade, conforme a abordagem de Butler, para compreender as relações com o gênero. O conceito surge a partir dos estudos de Austin (1990), autor que desenvolveu a noção de atos de fala performativos, para referir-se aos atos de fala que produzem, a partir do próprio momento de afirmação, aquilo que nomeiam. O principal fundamento é a característica indiscernível, ontológica, entre dizer e fazer,

[...] esta fronteira borrada que institui os atos de fala performativos entre fatos estritamente enfáticos (evidências não discursivas) e fatos de ordem do discurso serão tomados por Butler para pensar o gênero não como um atributo de um sujeito já generizado, mas que, pelo contrário, lhe permitirá pensar o gênero como uma "evidência" que se produz sobre os corpos a partir da reiteração de uma "citação" de gênero. [...] Nesse sentido, Butler sustenta que o gênero pode ser lido como uma expectativa que produz aquilo que espera. (SECCIA, pp. 48-49, 2013. Tradução nossa)

Diante disso, não tomamos o gênero como essência interna dos sujeitos, como algo característico da vida privada, da intimidade, uma essência que seria a origem causadora dos atos do sujeito. Nesse sentido, "a antecipação de uma essência dotada de gênero provoca o que surge como exterior a si mesma" (BUTLER, 2015, p. 15), ou seja, a expectativa que se tem do gênero como algo natural, da essência é justamente a operação que distancia o gênero de suas práticas concretas, da sua produção cotidiana e o concebe como manifestação da vida interior do sujeito.

Uma outra questão importante para se pensar a partir da performatividade é a de que não se deve considerar o gênero como algo revelado e mantido igual a si mesmo uma única vez. Trata-se de processos em que se faz e desfaz uma série de normas, onde há repetições estilizadas dessas normas, daquilo que na cultura "representa" ou corresponde às expectativas do que é ser homem e ser mulher. Em meio a essas ações, o corpo generificado é produzido e a persistência de uma mesma identidade é mais ou menos estabilizada conforme a maneira com a qual as normas persistem sendo citadas.

Nesse ínterim, considera-se também a possibilidade de uma citação falhar, uma "má citação" ou a produção de desvios, deslocamentos na norma citada. O ato de citar ou reiterar uma norma, não sendo permanente, ou seja, tendo uma dimensão temporal própria, leva a duas considerações: os efeitos



de gênero tem uma estabilidade provisória que dependem dessas consecutivas práticas de reiteração das normas; e entre uma primeira prática e a segunda há a possibilidade de deslocamento, variação, abertura a outras formas de identificação produzidas em situações menos inteligíveis às normas hegemônicas. Nesses termos, a presença de instabilidades no processo de fazer um gênero é fundamental para a produção de formas de resistência.

Essa compreensão do gênero como produção em constante processo, como prática de citação/reiteração de determinadas normas, permite afirmar que as identidades mais hegemônicas (um “homem ideal”, uma “mulher ideal”) não são e não possuem, em nenhum aspecto, algo de original do qual outras identidades derivam, copiam, imitam ou mesmo reproduzem de uma maneira mal feita como formas identitárias incoerentes (bichas, sapatonas, travestis, sujeitos não binários etc). Ao invés disso, as identidades consideradas como uma derivação, uma invertida ou mistura da forma homem ou mulher, exibem justamente o caráter comum das expressões identitárias: de que são sempre cópias, são sempre citações de normas que se produzem em maior ou menor grau de conformidade aos ideais regulatórios, ao que se diz “normal”.

Desse modo, as identidades de gênero deixam de ser entendidas como consequência de uma condição natural para demonstrar que o estranhamento ou a familiaridade com certas identidades deve-se à condição de normalidade. Um gênero lido como normal é aquele que se produz “sem ruídos”, aquele que em suas práticas produz conformidade entre a imagem expressa e o corpo que age, o que Gayle Rubin chamou de “sistema sexo-gênero” (2017).

Podemos notar que nesse aspecto o gênero é dependente de uma normatividade social mais ampla, motivo que exclui o voluntarismo na assunção de uma identidade de gênero, mas é uma marca de inteligibilidade cultural dos corpos que não é possível omitir. Para dizer em outras palavras, o gênero é uma performance, mas que se diferencia do sentido de atuação teatral, dado que se trata de uma atuação compulsiva: os corpos em nossa sociedade circulam com identidades de gênero, não é uma inscrição sobre os corpos que depende da vontade do sujeito. (SECCIA, pp. 51-52, 2013. Tradução nossa)

Nos termos de Althusser essa é uma operação da Ideologia, onde a atribuição de gêneros não depende da vontade de um sujeito. O sujeito generizado reconhece o outro e é reconhecido mediante uma matriz de

inteligibilidade. Torna-se legível ou ilegível na sua relação com uma normatividade social tácita que estabelece fronteiras entre os gêneros. O gênero é reconhecido pelo outro, a partir de uma repetição estilizada de atos, como uma evidência de quem eu sou; Nesse modo de relação somos eu e o outro constituídos em um encontro mediado pelas formas de reconhecimento e desconhecimento<sup>10</sup>.

## **2.2. As falhas: uma revisão em Althusser, ponto de partida sobre as instabilidades**

Se para Butler há uma instabilidade no assunto “ser homem”, acrescento as questões: como os homens lidam com essa instabilidade? Qual o custo e/ou benefício de ocupar-se, inevitavelmente, dessa instabilidade? Quando pensamos nos aspectos políticos, sociais e econômicos que constituem esse “ser homem”, uma série de hierarquias está presente. Alguns desses aspectos se inter-relacionam de forma a produzir e manter modos de exploração que beneficiam alguns sujeitos em detrimento de outros, sejam em empresas, escolas, famílias, igrejas, relacionamentos etc. O que ocorre é a subordinação como modelo de relação. A subordinação é produzida e reproduzida em diversos âmbitos da vida social porque os privilégios conquistados por esse modo de relação não podem ser mantidos ou garantidos de forma natural. Privilégios políticos, sociais, econômicos, afetivos etc que estão relacionados à identidade masculina (uma suposta superioridade de um modelo de masculinidade) são assuntos tão instáveis quanto “ser homem”, devido a um elemento muito específico sob o qual o gênero e esses diversos privilégios estão assentados: as relações de poder. O poder, na perspectiva foucaultiana (2017), não é uma instância, nem uma natureza, o poder não pode ser detido ou apropriado, não é passível de titularidade. O poder só existe onde ele se exerce, em circulação, em ação, nas relações. Consequentemente, surgem

---

<sup>10</sup> Em “Vida Precária”, Butler defende que, contrária ao que chamam de uma “versão liberal da ontologia humana”: “[...] como um modo de relacionar-se, nem o gênero nem a sexualidade são precisamente uma possessão, mas sim uma forma de ser despossuído, uma forma de ser *para* ou *em virtude do* outro. [...] talvez precisemos de uma outra linguagem para abordar a questão que nos preocupa, um modo de pensar sobre como não somos apenas constituídos por nossas relações, mas também despossuídos por elas” (2019b, pg. 44)

métodos para configurar as relações, de modo que o poder possa circular de um determinado jeito e não de outro, de modo que as resistências possam ser contornadas. Muitos benefícios (econômicos, sociais, políticos, afetivos etc) são resultados dessas estratégias, mas para que sejam mantidos por um determinado grupo, é preciso produzir e reproduzir, repetidamente, as estratégias.

Se o ideal de masculinidade está relacionado diretamente com a manutenção de certos privilégios, o que ocorre quando essa manutenção fracassa é também o fracasso da masculinidade, uma das formas de masculinidade, poderíamos dizer a mais idealizada:

Como provar que se é um cara viril, quando desaparecem todos os privilégios da masculinidade como trabalho, dinheiro, honras, mulheres à disposição e as medalhas de virilidade (carros, reconhecimento...)? [...] Como se comportar quando o capitalismo globalizado lhe interdita o reconhecimento conferido por um trabalho estável, valorizante, onde podemos realizar nossa “obra” de homem? Em resumo, como permanecer um macho, quando não se tem mais nenhum signo exterior de riqueza? E a crise atual contribui, como também os novos valores do liberalismo mundial, a esse enfraquecimento. [...] Frequentemente, não resta nada além da violência para provar, a si mesmo inicialmente e depois aos outros, o fato de que somos e de que permanecemos um macho. É o que eu chamei de “retorno virilista”. Nós temos muitos exemplos, na França, de meninos dos meios populares desempregados, sem trabalho e sem dinheiro, que se lançam em ações violentas entre eles e contra outros para provar sua virilidade (WELZER-LANG, 2009).

Algumas respostas a esse sentimento de falha, perda ou fracasso relacionado à identidade levam a ressignificações, invenções de outras normas, outros referenciais para modelos de masculinidades que emergem deste “fracasso”. Ou seja, homens que ocupam esse outro modo de relação, consigo, com o mundo, rejeitando o signo do fracasso.

Contudo, é preciso considerar que a esse fracasso também surge a resposta da violência. Na tentativa de regular as instabilidades sob a qual o gênero se faz, de regular a normatividade, a suposta natureza e originalidade do “ser homem”, a relação com as normas de gênero pode tornar-se mais ou menos rígida. Faço aqui uma análise da violência como uma possível resposta de rigidez, algo no intuito de evitar ou proteger-se dos efeitos da fragilidade

inerente à performatividade de gênero. Nesse momento, quando o homem se percebe diante de um ideal fragilizado, há um estranhamento sobre a sua condição de “macho”, de viril. Uma nova interpelação é feita rearranjando a posição social que este homem ocupa. Uma interpelação que desarticula a estabilidade da identidade mais atual e convoca a um novo posicionamento. Perturba os aspectos pelos quais a subjetivação vinha ocorrendo e o interpela de outras formas, produzindo abertura ao desconhecimento.

Outras formas de interpelação também estão presentes no processo que segue posterior às denúncias de violência, seja pelas intervenções policiais, pelos documentos produzidos sobre o caso de violência, pelas avaliações dos juízes/juízas e a própria Lei Maria da Penha. Por esse motivo a compreensão de que “o sujeito não precisa necessariamente atender ao chamamento para ser constituído enquanto sujeito, e o discurso que inaugura o sujeito não precisa necessariamente assumir a forma de uma voz” (BUTLER, 2021, pp. 59). Se remetemos a uma situação registrada por lei, pode-se dizer que essa voz ou essa chamada interpelativa se difunde burocraticamente nos formulários, termos, boletins, processos jurídicos, entre outros documentos que vão atribuindo materialidade ao “agressor” e a “ofendida”, ou seja, há uma rede de práticas discursivas por onde circula o poder de nomear e constituir os indivíduos em sujeitos, sem a necessidade de alguém que enuncie essas palavras (BUTLER, 2021).

É fundamental considerarmos essas formas constituição dos homens autores de violência quando são realizados trabalhos de escuta e intervenção, uma vez que a produção da identidade de “agressor” não se faz apenas pelo ato de violência praticado, tampouco por uma tomada de consciência sobre esses atos, mas ao contrário, se faz e desfaz de maneira difusa no meio social. Trata-se de um entrecruzamento de interpelações que está presente, rearticulando a relação do sujeito com as leis, com as normas de gênero, consigo mesmo e com os outros. As práticas de intervenção são amplas e é preciso estar atento não apenas a uma reordenação da conduta, uma punição ou correção do ato em si, mas ao processo de subjetivação em percurso.

No entanto, ao tratar da teoria da interpelação, Butler traz uma nova leitura e críticas a essa formulação de Althusser. O principal argumento se deve ao exemplo utilizado pelo autor no capítulo específico sobre a ideologia cristã onde ele exemplifica o ato de interpelação pelo momento bíblico em que uma voz divina nomeia Pedro e Moisés e, dessa maneira, dá origem aos dois sujeitos. Esse ato performativo divino é o que se estende por toda a obra do autor sendo a forma análoga de compreensão do mecanismo da ideologia. No entanto,

O discurso humano raramente imita esse efeito divino, exceto nos casos em que o discurso é apoiado pelo poder do Estado, de um juiz, de uma autoridade de imigração ou da polícia – e, mesmo nesses casos, existe, em algumas ocasiões, a possibilidade de refutar tal poder (BUTLER, 2021, pp. 61-62).

Além da possibilidade de refutar esse chamamento e de que são limitados os casos em que o poder se manifesta com esse “efeito divino”, Butler também considera que a interpelação falha, quando se trata de cumprir uma função descritiva dos sujeitos. Apesar disso, a operação ainda funciona demarcando posicionamentos sociais:

Imagine a cena bastante plausível em que somos chamados por um nome e nos viramos apenas para recusá-lo: “Não sou eu, você deve estar enganado!”. E, então, imagine que o nome continua a se impor sobre nós, a delimitar o espaço que ocupamos, construindo um posicionamento social. Indiferente aos nossos protestos, a força da interpelação continua trabalhando. Continuamos constituídos pelo discurso, mas à distância de nós mesmos. **A interpelação é um chamamento que erra constantemente o alvo, que requer o reconhecimento de uma autoridade** ao mesmo tempo que confere uma identidade por meio da imposição bem-sucedida desse reconhecimento. A identidade é uma função desse circuito, mas ela não existe anteriormente a ele. **A marca que a interpelação imprime não é descritiva, mas inaugural.** Ela procura introduzir uma realidade em vez de dar conta de uma realidade existente; ela busca introduzir uma realidade pela citação de uma convenção existente (BUTLER, 2021, pp. 62-63, grifos nossos).

Essa análise contribui para a compreensão sobre os atos de violência e sobre a relação entre homens na tentativa de produzir e sustentar identidades idealizadas. A princípio, pela necessidade de reconhecimento de uma autoridade, que pode funcionar na relação entre homens quando se busca reconhecimento e “prestígio” de uns pelos outros, a necessidade de

demonstrar e conceder “provas” do desempenho viril como homem. Welzer-Lang (2001) exemplifica como desde a infância, em grupos de meninos, são constantes os momentos em que os mais jovens são colocados “a prova” por meninos mais velhos para fazer parte do grupo e, em geral, são momentos que envolvem muitas práticas de violência. Em um sentido semelhante, Rita Laura Segatto (2003) chama essas práticas de uma forma de tributação do gênero, quando os homens são “cobrados” a expressar os valores masculinos em função de uma renovação ou validação do *status* de homem.

Uma outra contribuição da análise de Butler diz respeito a força inaugural da interpelação que pode agir demarcando posições sociais, mesmo que o sujeito não se reconheça nessa produção e desse conflito resultem ações violentas, corretivas, que buscam impor (re)posicionamentos de forma autoritária. Se o sujeito também falha em materializar as idealizações masculinas e fazer uso delas como um “homem ideal”, ele é marcado por essa falha, inaugurado no social de maneira intrinsecamente instável. A recusa por essa interpelação pode se dar de diferentes formas, inclusive com atos de violência.

Em “A vida psíquica do poder: teorias da sujeição”, Butler também dedica um capítulo às contribuições de Althusser, para pensar sobre o processo de tornar-se sujeito, analisando os limites do conceito de interpelação e as possibilidades abertas por Louis Althusser. Ao longo do texto Butler lança questões que movem a análise do conceito, assim como oferece algumas pistas por onde a atenção deve transitar:

Existe a possibilidade de sermos em outro lugar ou de outra maneira sem negar nossa cumplicidade com a lei à qual nos opomos? Tal possibilidade exigiria um tipo diferente de virada, uma virada que, com a permissão da lei, afaste-se dela e resista ao seu engodo de identidade, uma capacidade de ação que supere as condições de seu surgimento e se oponha a elas. Essa virada exigiria uma disposição de *não ser* – uma dessubjetivação crítica – com a finalidade de expor a lei como menos poderosa do que parece. (BUTLER, 2018a, p. 139)

Quanto a essas possibilidades de ser e não ser analisadas pela autora, é preciso acrescentar que estão situadas num campo que também é dinâmico e complexo, “o social é essencialmente um objeto construído e produzido a

partir de diferentes práticas humanas e que não cessa de se transformar ao longo do tempo” (SILVA, 2004, p. 13). Dessa forma, é necessário desnaturalizar os acontecimentos e verdades cristalizadas ao entorno dos sujeitos e do social, por onde emergem as práticas de violência. Ao retomar o caráter de construção social da violência, produzida pelas diversas práticas que se correlacionam e não mais um instinto ou impulso masculino, abrem-se possibilidades para outros modos de ser, distintos daquilo que se naturalizou pelo termo “homem agressor”. Essa forma de pensar as práticas correlacionadas segue a afirmação de Paul Veyne em que:

[...] é preciso desviar os olhos dos objetos naturais para perceber uma certa prática, muito bem datada, que os objetivou sob um aspecto datado como ela; pois é por isso que existe o que chamei anteriormente, usando uma expressão popular, de “parte oculta do iceberg”: porque esquecemos a prática para não mais ver senão os objetos que a reificam a nossos olhos. (1998, p. 5)

Tanto a violência quanto às intervenções com os homens são tomadas aqui como práticas correlacionadas numa rede ampla de ações e discursos que produzem e modificam o campo social. O trabalho desenvolvido neste campo, incluindo profissionais da Psicologia, área na qual me localizo, contribui com uma série de outras práticas. Sendo assim, as atuações nessa rede de práticas devem ser analisadas de forma que não tomem o indivíduo como local, origem da crise. Uma atuação que individualize dessa forma “[...] reforça a ideia segundo a qual só resta ao indivíduo se adaptar às novas exigências produzidas pelas constantes transformações das regras impostas pela dinâmica do capitalismo” (NARDI & NEVES. 2004, p. 195). Cabe a atuação de trabalhadores/as (incluindo profissionais da Psicologia) analisar tais exigências e regras impostas com rigor ético e político que favoreça a abertura às instabilidades, o acolhimento à diferenciação que desorganiza o sujeito e as normas, oportunizando a criação de relações de vida singulares e não generalizadas, pautadas em modelos enrijecidos, adoecedores.

### **3. O PESQUISAR, COM FOUCAULT**

Trago aqui algumas das orientações e princípios que guiaram as análises dessa dissertação e que compõem a atitude metodológica com a qual

decidi trabalhar. Quanto aos estudos sobre sujeito e gênero, abordei inicialmente aspectos das teorias de Louis Althusser e Judith Butler, com os respectivos trabalhos sobre os conceitos de interpelação e performatividade que são as principais influências desta análise.

Um outro aspecto dessa atitude metodológica é sobre o tratamento aos arquivos e documentos, nesse caso específico, ao material exposto nos dois filmes documentários analisados. Nesse sentido, optei pela influência dos trabalhos de Michel Foucault para compor a análise do material, inspirado pelo método genealógico desenvolvido pelo autor.

Dessa forma, Louis Althusser, Michel Foucault e Judith Butler são, em maior parte, quem compõe teórica e metodologicamente os fundamentos dessa pesquisa, num esforço que faço para analisar a temática de gênero e violência sob a perspectiva desses autores e autora, principalmente. Não pretendi, no entanto, apresentar as minúcias de cada teoria, convergências, divergências uns dos outros, mas durante a realização da pesquisa busquei exercitar essa perspectiva sobre a temática.

O desenvolvimento da estratégia genealógica encontra-se em diversos materiais publicados por Michel Foucault, nas diversas pesquisas realizadas em temas como a disciplina sob os corpos, as prisões, a loucura, as práticas médicas e a sexualidade. Para essa dissertação, não optei por um livro ou publicação específica que tratasse da genealogia de Foucault, mas escolhi trabalhar com os aspectos gerais desse modo de pesquisar, exercitando e analisando as possíveis contribuições desse método para a temática escolhida, compreendendo-o como mais do que a aplicação de um protocolo regulamentar para o tratamento das informações disponibilizadas.

Ainda assim, destaco um importante trabalho do autor onde são desenvolvidas as reflexões teóricas a respeito da genealogia e seus conceitos, sendo esse o texto chamado “Nietzsche, a genealogia e a história” presente no livro “Microfísica do Poder” (1992). Sob a influência dos trabalhos de Nietzsche, principalmente quanto aos estudos críticos do conceito de história, Foucault elaborou algumas ferramentas para realizar suas pesquisas genealógicas. Ao



contrário da compreensão mais comumente utilizada de que a busca pela história tem por fim a busca da verdade e dos princípios, o autor produziu uma metodologia de pesquisa histórica que fragmenta, muito mais do que fundamenta, o discurso sobre objetos e práticas sociais naturalizadas. Na definição própria do autor encontramos que

[...] para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história - os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar uma curva lenta de sua evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram (FOUCAULT, 1992, p. 15)

Uma importante estratégia desse trabalho genealógico é analisar a constituição de determinados objetos ou práticas em meio às dispersões, descontinuidades, multiplicidades que marcam a história desses objetos, ou como citado acima, nas “diferentes cenas onde eles desempenham papéis distintos”. Não há nesse exercício a busca por origens que possam remeter a uma essência pura, preservada, um fato primordial ou irreduzível capaz de demarcar o “ponto zero” de um objeto ou prática na história. Ao invés disso, com a genealogia as análises partem do princípio de que o processo histórico é marcado por acontecimentos singulares, situações contingentes, desacordos, instabilidades e transformações que tendem a naturalização de um determinado saber em detrimento de outros devido às disputas e relações de poder inerentes à produção de conhecimento.

Ao invés de uma análise preocupada com a origem linear ou progressiva de certas práticas, definidas por condições pré estabelecidas, a análise genealógica preocupa-se com a proveniência de modo que possibilite “desconstruir a naturalização de determinados conceitos, fazendo aparecer as condições que os tornam possíveis e, conseqüentemente, os problemas aos quais eles tentam responder” (SILVA, 2005, p. 102). Consideramos, portanto, que diferentes contextos sociais, em meio às suas transformações próprias, suas falhas, desvios, novas tramas e heterogeneidades, correlacionam-se a

produção de uma determinada prática, a partir das características múltiplas e dispersas presentes no acontecer desses contextos.

Distantes de uma lógica de pensamento que produz análises por meio de causas e consequências, o exercício genealógico leva à descrição das práticas, do fazer, do que se cria ou o que se põe a funcionar, sem necessariamente estabelecer uma relação lógica entre essas descrições. É por esse motivo que não se pretende realizar uma análise interpretativa, mas um mapeamento dos modos de relacionar masculinidade e violência, no fazer-desfazer dos homens ao se posicionarem socialmente.

Ainda assim, há uma importante característica a ser destacada quando se propõe analisar a transformação das práticas ao longo do tempo, visto que essas transformações decorrem de relações de poder e da produção de saberes em disputa. A história, na perspectiva genealógica, é analisada por meio de descontinuidades, desvios, o que significa dizer que a depender do arranjo social, das relações e saberes articulados em um determinado momento, algumas práticas podem ser mais ou menos investidas de força para responder aos problemas que surgem.

A descontinuidade não implica uma ruptura total ou a substituição de um estado por outro. Foucault (2004) aponta que muito antes da emergência do que ele denominou de sociedade disciplinar já existiam características da disciplina disseminadas em conventos, exércitos e nas oficinas. A diferença é que na passagem dos séculos XVII e XVIII as disciplinas se tornaram fórmulas gerais de dominação, não mais restritas a alguns espaços, mas sim disseminadas por todo o conjunto da sociedade. Portanto, a emergência de uma nova sensibilidade e de uma nova configuração das relações de saber-poder não implica a extinção de outras, mas uma inversão de forças, sendo a descontinuidade a sua expressão (ZAMBENEDETTI & SILVA, 2011, p. 456).

Considerando essas características e implicações metodológicas da abordagem genealógica ao problema de pesquisa, tanto o gênero masculino, o “ser homem”, quanto as violências praticadas por homens, não são aqui analisadas como um dado que aprisiona ou totaliza a verdade sobre aquilo que representam. É preciso analisar como efeito de determinadas condições de possibilidades que se arranjam e se rearranjam nos diferentes momentos históricos em que aparecem.

Ao invés de uma perspectiva universalista, ou de uma história contada pela versão dos vencedores, a genealogia constitui a história a partir de diferentes perspectivas, situadas, dando visibilidade a diferentes vozes. Dessa maneira, busca-se fazer com a história uma outra coisa: [...] genealogia busca deslocar a história dessa suposta verdade cristalizada (em um sentido totalizante), interrogando-a, situando-a em relação a um conjunto de práticas (ZAMBENEDETTI & SILVA, 2011, p. 459).

Em razão dessa proposta optei pela descrição de uma rede de práticas discursivas, composta por diferentes vozes que se apresentam em dois documentários onde são discutidas temáticas transversais à produção do gênero masculino a partir de diferentes vivências dos participantes, como por exemplo: paternidade, raça, idade/geração, trabalho, sexualidade, ambiente escolar, ambiente prisional, esportes, mídia etc. A maior parte dos relatos presentes nesses filmes ocorreu devido às crescentes iniciativas de formar grupos de homens para refletirem sobre a sua formação enquanto homens, sejam elas iniciativas do poder público, de medidas legais como as que estão presentes na Lei Maria da Penha ou mesmo por agrupamentos em projetos sociais/comunitários, escolares, entre outros.

Um deles é uma produção brasileira intitulada “O silêncio dos homens” (2019) e o outro uma produção estadunidense intitulada “*The mask you live in*” (2015) ou, em tradução livre, “A máscara em que você vive”. Ambos discutem o processo de construção e desconstrução da identidade masculina trazendo relatos de diversos homens, jovens e adultos, autores e/ou vítimas de violência, além dos relatos de trabalhadores e trabalhadoras que participam de grupos de intervenções com estes homens. As produções perseguem o objetivo de demonstrar como alguns aspectos das relações sociais no Brasil e nos Estados Unidos produzem práticas de violência, e como essas práticas estão atreladas ao sentido de uma identidade masculina idealizada. Além desse objetivo, há também nos filmes a proposta de questionar a relação que os homens possuem com a violência para rompê-la, desconstruindo esse vínculo muitas vezes naturalizado e presente na vida cotidiana dos entrevistados.

As principais práticas evidenciadas nos documentários são aquelas que surgem no próprio título dos materiais: as de “usar uma máscara” e ficar/estar em silêncio. Os filmes partem dessas práticas para evidenciar outras ações que

desempenham papéis importantes na formação histórica das identidades masculinas, no processo de reconhecimento-desconhecimento do gênero. Da mesma forma, essas práticas participam do modo de produção da relação entre masculinidade-violência. Silêncio e “máscara” são dois analisadores<sup>11</sup> importantes para fazer falar essa relação em questão. São eles que ao longo dessa rede de práticas discursivas fazem surgir os homens mascarados, desmascarados, silenciados, silenciadores, bem como nos permite analisar as falhas e instabilidades que o “ser homem” enfrenta.

Como forma de composição a essa rede, no que se refere à relação entre homens e violência, apresentei inicialmente algumas características, dados, cenários da situação de violência no país e algumas das maneiras institucionais de agir e intervir sob essas situações. Muitas dessas ações podem ser consideradas como já constituídas no campo social, não no sentido de que são plenamente realizadas, mas de que produzem certas concepções e interpretações sobre as formas de violência reduzindo a problemática a contraposições bem delimitadas e/ou naturalizadas.

No entanto, também podem irromper neste campo social algumas práticas que se opõem às naturalizações, que desconstroem os objetos instituídos e rearranjam a compreensão sobre a problemática.

Esses dois planos da realidade pesquisada estão sempre ligados, são inseparáveis, se cruzam, se entrecruzam, se transformam, estão misturados, um pressupõe o outro. Por isso, é preciso colocar no nosso campo de análise os movimentos que vão se insurgindo e quebrando uma certa configuração social e forçando outra (ARAGÃO, BARROS & OLIVEIRA, 2005, p. 25).

Portanto, mapear alguns dos arranjos e desarrajos sobre essa temática, no intuito de compor com a rede de práticas discursivas presentes nos documentários, faz parte deste exercício de inspiração genealógica, uma vez que o pesquisar exige conexão com direções múltiplas e acontecimentos dispersos.

---

<sup>11</sup> Conceito-ferramenta proposto por Félix Guattari como sendo “aquele ou aquilo que provoca análise, quebra, separação, explicitação dos elementos de dada realidade institucional” (ROSSI & PASSOS, 2014, p. 174). Faz operar a análise decompondo as totalidades e naturalizações para evidenciar o caráter de multiplicidade e o processo pela qual as instituições se materializam.

Farei a apresentação dos principais argumentos e propostas de cada documentário a fim de aproximar o leitor/leitora desta pesquisa ao material que será analisado, caso desconheçam. A partir disso, farei um arranjo com trechos das práticas discursivas presentes em cada documentário e trechos dos fundamentos teóricos dessa pesquisa, a fim de ser analisada a relação entre masculinidade e violência. A descrição é fundamental como estratégia metodológica para percorrer essa rede de práticas discursivas, na qual as relações entre masculinidade e violência se fazem e desfazem. É no encontro com essas operações (de fazer e desfazer) que a problemática dessa pesquisa também é produzida. Apresentarei ao final algumas considerações inspiradas pela análise desse debate.

### **3.1 APRESENTAÇÃO GERAL DOS DOCUMENTÁRIOS**

Tanto o documentário “O Silêncio dos Homens” (2019) quanto o “*The Mask You Live In*” (2015) são feitos com a proposta de expor o relato dos participantes, acrescentando a esses relatos alguns dados de institutos de pesquisa para promover uma argumentação ao longo das temáticas apresentadas. É importante considerar que as discussões são elaboradas a partir de contextos sociais muito distintos (Brasil e Estados Unidos), mas que compartilham características no que se refere a alguns objetivos gerais da temática: discutir sobre as práticas envolvidas no fazer-se dos homens, desde a infância e passando por aspectos diversos de suas vivências, além dos efeitos dessas práticas no que se refere à relação com a violência.

Diante disso, muito se discute sobre o significado de “ser homem”, colocando em evidência desde as características já entendidas como naturalizadas, mas trazendo também perspectivas diversificadas sobre o assunto, com o intuito de abranger as diversas produções de masculinidades. De modo geral, os principais temas abordados nos filmes são: infância, cultura, escola, esportes, mídia, videogames, sexo e pornografia, violência, repressão das emoções, periferia, negritude, gênero e sexualidade, religião, paternidade, redes de apoio e reflexões finais. Há uma variação das temáticas apresentadas

que, é preciso considerar, está relacionada aos interesses das produtoras e equipes de direção, bem como das próprias plataformas de exibição/divulgação dos filmes:

O fato de o documentário brasileiro ter sido planejado para a plataforma YouTube, com disponibilidade de acesso gratuito, faz com que tenha que seguir as diretrizes impostas para poder monetizar. O processo da preocupação da conversão das visualizações em dinheiro fica explicitado quando é tratada a temática da pornografia, a qual é imgeticamente resumida a uma banca de revistas, para não sofrer restrições. Por outro lado, "The Mask You Live In" (2015) é disponibilizado atualmente em mídias físicas e também em plataforma própria de transmissão via locação *on-line*, mas já foi transmitido na Netflix e apesar de não estar mais disponível em seu catálogo, foi pensado sem as "barreiras restritivas", de modo que são utilizadas imagens mais impactantes (MINUNCIO, 2021. p. 109).

Ambos documentários trazem relatos de diferentes regiões dos países, sendo estes países de grande extensão territorial e diversidade cultural. No entanto, a proposta trabalhada é justamente de explorar a abrangência do tema em meio às diversidades locais/regionais do público entrevistado. Mapear e conhecer os modos de expressão das masculinidades, suas composições transitórias, contingentes e singulares. Em nenhum momento são apresentadas comparações ou correlações internacionais, focando sempre na diversidade interna de cada país. A proposta de aproximar esses relatos é iniciativa desta dissertação pela semelhança dos projetos, ao tratarem da mesma temática e, ao mesmo tempo, porque fragmentam a temática em minúcias muito próprias, o que permite expor alguns dos entrelaçamentos que compõem essa rede de práticas discursivas.

Desde o título das produções, cada documentário traz um termo relevante considerado-o como aspecto comum na produção das masculinidades. Uma das produções refere-se ao silêncio como prática comum aos homens e a outra produção faz uso da metáfora da máscara. O documentário brasileiro foca no silêncio, no fato de que, segundo a produção, os homens falam pouco sobre seus sentimentos e intimidade, se expressam pouco, para não demonstrar momentos de vulnerabilidade. Já o documentário estadunidense, de forma similar, fala do receio que os homens tem em demonstrar fraquezas, vulnerabilidades, e por isso fazem uso de uma máscara,

um disfarce, uma paródia capaz de expressar uma identidade invulnerável, inabalável.

As duas produções abordam essas estratégias, do silêncio e da máscara, como produtoras de efeitos nocivos à saúde mental e física dos homens, bem como às relações por eles estabelecidas, argumentando, portanto, sobre a necessidade de mudança dessas práticas. A partir disso, trazem ao público práticas discursivas que possam ampliar a percepção sobre o assunto, sobre as naturalizações envolvidas nesses processos em meio ao contexto social brasileiro e estadunidense. São feitas diversas contestações aos modelos idealizados de como ser homem e ao intuito de se alcançar um padrão de sucesso no que se refere a masculinidade. Também são apresentados alguns relatos de homens que participaram de intervenções em grupos reflexivos e a partir dessas intervenções muitos aspectos da relação consigo e com o outro foram beneficiados, segundo os mesmos.

Já na introdução dos filmes é apresentado o arranjo principal do público entrevistado, quando na material brasileiro é exibido o rosto de um homem adulto e no estadunidense o rosto de um menino, sendo o período da infância prevalecente nos discursos, mas tendo como entrevistados crianças, jovens e adultos. Ao final, as produções apresentam algumas citações, resultados de pesquisas científicas e reflexões com propostas de disseminar as boas práticas desenvolvidas nesses grupos.

### **3.1.1 O DOCUMENTÁRIO “O SILÊNCIO DOS HOMENS”**

O documentário “O Silêncio dos Homens” (2019), que foi idealizado e dirigido por Ian Leite e Luiza de Castro, discute a masculinidade de diferentes perspectivas, questionando o que os homens escondem ao não expressarem seus sentimentos, o que há de prejuízos ou benefícios envolvidos. A prática do silêncio na produção é apresentada em um sentido amplo, relacionada ao adoecimento mental, sendo uma prática comum nas relações entre homens (no sentido de falar pouco, de ter pouca disponibilidade para tratar de determinados assuntos, de expor aspectos da intimidade), como modo de agir

com o outro de forma impositiva, silenciando alguém ou na relação consigo, ao deixar de expressar seus pensamentos, opiniões, emoções etc. A prática do silêncio, portanto, é apresentada em diferentes circunstâncias, de forma particular ou coletiva, com a intenção de agir sobre um outro, como uma violência autoprovocada, como uma forma de associação, parceria, complacência com outros homens etc. De todo modo, não há uma constância ou função única para o silêncio nessas relações, mas ele é apresentado como ferramenta importante no fazer-se dos meninos e homens.

O documentário tem aproximadamente 61 minutos, foi produzido ao longo de meses pela equipe do projeto/canal do *YouTube* chamado “Papo de Homem”, fundado e coordenado por Guilherme Valadares, também responsável pela direção criativa do documentário. As filmagens foram realizadas em São Paulo, Brasília, Glória do Goitá e Belo Horizonte, pela equipe da produtora “Monstro Filmes”. O documentário está disponível online e gratuito no *YouTube* e contou com patrocínio de algumas marcas para a realização do mesmo, como Natura Homem e Reserva, além disso, contou com o apoio institucional da ONU Mulheres e da campanha “Eles por Elas”.

Ao longo de uma hora, a produção destaca uma série de discussões com homens a respeito das masculinidades negra, homossexual, transexual, sobre aspectos da paternidade, da relação comunitária entre homens e também sobre o tema da religião. A principal forma de acessar essas discussões foi por meio das rodas de conversa nos grupos de homens que acontecem pelo Brasil. A produção destaca a importância dessa forma de comunicação para quebrar o silêncio criticado ao longo da produção, sendo abordados também, dados estatísticos, infográficos, cuja narração foi realizada pelo ator Ícaro Silva.

“O Silêncio dos Homens” (2019) apresenta por meio dos relatos dos temas abordados uma série de efeitos ao qual o silêncio pode ter na vida dos homens, bem como apresentam correlações com a violência doméstica, a ausência paterna, ao vício em pornografia, ao assédio, às relações na escola, na religião e às taxas de suicídio e homicídio entre os próprios homens. Diante



disso, o principal argumento do documentário gira em torno das diferentes maneiras de quebrar o silêncio.

### **3.1.2 O DOCUMENTÁRIO “THE MASK YOU LIVE IN”**

O documentário “The Mask You Live In” (2015), que em tradução livre para o português significa: “A máscara em que você vive”, estreou no Festival de Sundance, realizado na cidade de Park City, estado de Utah nos Estados Unidos da América. O festival é promovido pelo *Sundance Institute*, instituição sem fins lucrativos que tem o objetivo de promover artistas independentes. O documentário pode ser assistido em plataformas de mídias pagas, no entanto, também encontra-se disponível de forma gratuita no site *YouTube* a exibição com legendas em português. O foco principal deste documentário são as reflexões sobre os homens que, desde a infância, se veem diante da necessidade de utilizar uma “máscara”, uma forma de não demonstrar as próprias fraquezas, medos e inseguranças no intuito de preservar um ideal de masculinidade.

A produção tem aproximadamente 92 minutos e pode ser realizada devido a arrecadação voluntária de 101 mil dólares em uma plataforma de financiamento colaborativo (*crowdfunding*) chamada *Kickstarter*. A diretora, Jennifer Siebel Newsom, é co-fundadora do projeto denominado “The Representation Project”, que foi o responsável pela realização e distribuição do documentário. Além disso, Jennifer também é casada com Gavin Newsom, político e empresário dos Estados Unidos, que é governador do estado da Califórnia desde 2019, local de maior concentração das gravações deste documentário.

O documentário segue o roteiro apresentando diversas temáticas, entre as falas de estudantes e, na maior parte das vezes, trabalhadores das áreas da educação e da saúde. Diferentemente da produção brasileira, neste documentário são entrevistadas muitas crianças e para falar dos temas propostos (esportes, festas, internet, paternidade, família, pornografia, suicídio etc) a produção destaca algumas personalidades masculinas da mídia

estadunidense, como referências de masculinidade dos quais os meninos produzem as próprias análises.

Semelhante ao documentário brasileiro, a produção estadunidense argumenta sobre as diferentes maneiras de interromper a prática do uso da “máscara”, sugerindo que a construção de uma “falsa aparência” é o que há de comum às problemáticas que envolvem os homens.

### **3.2. O ANALISAR, COM AS PRÁTICAS DISCURSIVAS**

Se o fundamento da identidade de gênero é a repetição estilizada de atos no tempo, e não uma identidade aparentemente homogênea, existem possibilidades de transformar o gênero na relação arbitrária entre esses atos, nas várias formas possíveis de repetição e na ruptura ou repetição subversiva desse estilo (BUTLER, 2018b, p. 3)

Quem sabe o mais óbvio é que o fracasso nos permite eludir às normas de castigo que disciplinam as condutas e dirigem o desenvolvimento humano com a finalidade de nos fazer passar de uma infância sem normas a uma maturidade adulta ordenada e previsível. O fracasso conserva algo da maravilhosa anarquia da infância e perturba o suposto claro limite entre adultos/as e crianças, entre vencedores/as e perdedores/as. E ainda que é certo que o fracasso vem acompanhado de um conjunto de afetos negativos, como a decepção, a desilusão e o desespero, também nos dá a oportunidade de utilizar esses afetos negativos para criar buracos na positividade tóxica da vida contemporânea (HALBERSTAM, 2020, p. 15)

Como a violência produz maior ou menor grau de instabilidade à categoria homem? Ao analisar essa questão, encontrei nos documentários diversas expressões e diálogos que traçam correlações entre gênero e a violência. Farei aqui uma exposição e análise dessa intrincada rede de práticas discursivas presente nos diversos depoimentos dos documentários. A maneira como apresentarei aqui as falas foi escolhida para percorrer essa rede e nela produzir aberturas à análise.

— *Pelo que o meu pai nos criou, ele sempre dizia... Se não fizesse o que ele mandava fazer, o cacete rolava. Quando ele sentava pra conversar já era com a tabica na mão. Reunia os meninos, os meus irmãos, para que um batesse no outro. [...] “Você hoje vai cortar uma tabica pra bater em quem errou”. Então tudo isso veio numa sequência que me oprimiu até quando eu escutei a minha esposa dizer “estou grávida”. Pronto, eu vou querer para o meu filho, coisas boas. Não vou querer o que meu pai fez comigo. (O SILÊNCIO, 2019. José Antonio Ciriaco Neto - agricultor e aluno do projeto SERTA, 00:22 min).*

— *Eu peço a todos os homens para lembrar de que idade tinham e qual era o contexto quando ouviram que tinham que ser homens. Eu acho que essa é uma das frases mais destrutivas da nossa cultura. (THE MASK, 2015. Joe Ehrmann - treinador e ex-jogador de futebol americano, 01:10 min).*

Esse trecho dos relatos do senhor José Antônio expressa alguns dos momentos das práticas de gênero ao longo das gerações na própria família e com isso ele apresenta diversas práticas exercidas nesse processo, como a interpelação pela repressão/violência naturalizada, a disciplinarização das condutas, a repetição desses atos na relação com os irmãos ao longo do tempo e posteriormente na relação com a esposa e filho. Além disso, há um momento crucial no processo de estilização desse ato de ser homem, quando o senhor José é interpelado pelo anúncio da gravidez e confronta-se com as práticas envolvidas no tornar-se pai: deparou-se com uma abertura a ruptura, com a necessidade de estilizar esses atos de forma subversiva, transformando a continuidade de um estilo de ser homem que foi reiterado diversas vezes na relação familiar. Nas palavras de Jack Halberstam, expostas no início desse capítulo, fez fracassar a maturidade ordenada que esse homem aprendeu para reativar algo da anarquia da infância.

A reflexão como Joe Ehrmann propõe, de lembrar a idade e o contexto em que homens ouviram que tinham que ser homens destaca algo presente, recorrente no convívio entre homens desde meninos, trata-se mais uma vez de práticas que se repetem ao longo dos anos e dos diferentes contextos de vida, seja por estar interpelando um indivíduo ou de ser interpelado para ocupar e

responder pela posição de homem. Isso ocorre em diferentes modos de hierarquia das relações entre homens e, principalmente, nos momentos de estabelecer parâmetros do que deve ou não ser considerado como expressão masculina ideal àquele grupo e/ou contexto. Welzer-Lang (2001) chama atenção para esses processos de exclusão ou de submissão presentes nos grupos de homens para atender a um determinado padrão de identidade masculina produzido pelos pares com quem convivem e, uma vez estando em conformidade com esse padrão, poder atualizá-lo dentro dessa matriz compartilhada de valores sempre que interpelados por dentro ou fora do grupo. Existem formas de violência explícitas e implícitas nesses processos que regulam as respostas dos homens sempre que se impõe uma “ameaça” à estabilidade da identidade.

— *Os homens, eles desde pequeno, eles têm que forjar uma identidade masculina que é essa imagem que é baseada na força, na não sensibilidade. É como se a parte emocional, a parte afetiva não pudesse vir à tona, né?* (O SILÊNCIO, 2019. Eduardo Chakora - psicólogo e pesquisador, 03:28 minutos).

O relato de Eduardo exemplifica, de certa forma, aquilo que Welzer-Lang chama atenção como processo integrante da socialização entre homens, desde meninos, quando parte dessa formação depende de “forjar uma identidade” e principalmente uma “imagem que é baseada na força”. Nesse relato apresentado a força surge em oposição à sensibilidade, emoções e afetos, como uma característica que subjuga ou reprime outras, característica que é mais investida de valor na socialização entre homens. As demonstrações afetivas são, quase sempre, compreendidas como exposição de fraquezas, de vulnerabilidades, avessas ao desempenho viril.

— *O futebol americano foi um bom lugar para me esconder. Você pode se esconder no capacete. Você projeta uma imagem, uma fachada, o epítome do que significa ser homem nesta cultura. Eu achei que pudesse representar esta hipermasculinidade, de alguma forma isso validaria quem e o que eu era.* (THE MASK, 2015. Joe Ehrmann - treinador e ex-jogador de futebol americano, 00:41 min).

Hipermasculinidade porque os padrões de gênero são sempre ideias hiperbólicas, ou seja, de expressões e características redundantes, saturadas de parâmetros regulatórios, saturadas de práticas discursivas que produzam conformidade cada vez que as identidades de gênero têm suas fronteiras borradas, seus limites e definições contestados para um grau maior de diferenciação. É preciso destacar também a importância da expressão que aparece aqui como “se esconder no capacete”, uma vez que essa ideia do gênero como instrumento a ser utilizado estrategicamente aparece logo no início desse documentário. Não só projeta uma imagem a partir de um artifício, de uma vestimenta, como ao mesmo tempo protege quem o usa, quem nele se esconde (conforme a função do capacete é associada ao desempenho da identidade masculina), construindo assim a percepção de uma divisão, dentro e fora, a fachada, o epítome *versus* o interior, a intimidade.

— *Eu acho que ser capaz de identificar poucos sentimentos, não ser capaz de nomear o que se sente, é um dos motivos que levam vários homens a usar a violência com linguagem. [...] Essa linguagem vai perpassar a relação com ele, mas com outros homens, com mulheres, com filhos.* (O SILÊNCIO, 2019. Ismael dos Anjos – fotógrafo, jornalista e pesquisador, 04:13 min).

No que Eduardo se refere ao emocional, “a parte afetiva não pudesse vir à tona”, Ismael acrescenta sobre a dificuldade de identificá-las (as emoções, os afetos e as sensibilidades) justamente porque não estão presentes de forma verbal, não são nomeadas. Isso não significa que desaparecem, mas, como Ismael argumenta, são manifestadas de um modo não verbal: com o uso da violência, comunicando algo, manifestando mensagens que circulam na cultura a que estão inseridos, mas não encontram entrada no discurso frente aos valores que são atribuídos ao desempenho da força física (ZANELLO, 2018). Ainda que não seja em palavras, trata-se de um ato comunicativo, expresso e compreendido por uma forma prática e não analítica, produzindo materialmente contornos assimétricos às identidades, bem como algumas normas de funcionamento.

Faço destaque a compreensão de que linguagem e materialidade têm uma relação intrínseca, são interdependentes, mas não se sobrepõem uma à outra. De acordo com Judith Butler,

Linguagem e materialidade estão totalmente imersas uma na outra, profundamente conectadas em sua interdependência, mas nunca combinadas de todo entre si, ou seja, nunca reduzidas uma à outra e, no entanto, nem sempre uma excedendo inteiramente a outra. Desde sempre implicadas de forma mútua, desde sempre excedendo-se de forma recíproca, linguagem e materialidade nunca são de todo idênticas nem de todo distintas. (BUTLER, 2019a, p. 125).

Com isso podemos dizer que a linguagem enquanto prática, verbal ou não verbal, tem uma relação de produção importante para estes homens, porque está conectada, imersa à materialidade do mundo, dos outros corpos, de si mesmo, para produzir os homens propriamente. Conforme a autora afirma, “Se o sujeito que fala também é constituído pela linguagem que ele ou ela fala, então a linguagem é a condição de possibilidade do sujeito falante, e não meramente seu instrumento de expressão” (BUTLER, 2021, pp. 55). Os entrevistados do documentário demonstram como essa produção pode ser intermediada tanto pelo discurso quanto pelo silêncio, sendo o silêncio associado a outras práticas como o uso da violência física, um modo de expressar o que esses homens têm produzido como modo de por em funcionamento a identidade masculina.

Explorando a ideia do silêncio como prática que esconde ou encobre algo da relação com o gênero, alguns participantes trazem os seguintes relatos e questionamentos:

— *Eu fiquei muito emocionada com os pais que trouxeram filhos de quatro e cinco anos para a escola de manhã, e como eles eram afetuosos com seus filhos, como eram pacientes e amorosos com esses meninos. Então perguntei: “o que você vê no seu filho que você espera que ele nunca perca?”. E os pais falaram das características expansivas dos filhos. De como eram abertos emocionalmente, e tinham alegria genuína com os amigos. E os homens sentiam que no caminho para a masculinidade, eles mesmos tinham perdido estas qualidades. E o dilema deles era se teriam que silenciar as*

*qualidades que mais valorizavam em seus filhos. Era um dilema muito delicado* (THE MASK, 2015. Carol Gilligan – psicóloga e educadora, 17:06 min).

— *E quando essas expressões partem dos meninos, quando os meninos, por exemplo, têm essa iniciativa de abraçar, a gente ensina rapidamente eles a dar a mão, bate no ombro. [...] Não à toa dos meninos é esperado que eles sejam ativos, dominadores, controladores, em detrimento de uma vida interior cada vez mais sob controle e diminuída.* (O SILÊNCIO, 2019. Raquel Franzin – coordenadora de educação do Instituto Alana, 07:19 min).

Há uma importante transformação apontada pela psicóloga e educadora Carol Gilligan sobre o que ela chama de “caminho para a masculinidade”, especialmente nos seguintes aspectos: a presença de práticas de silenciamento nesse caminho, o enfraquecimento da abertura/disponibilidade emocional ou expansão afetiva e o contexto que permite e cria condições para o desenvolvimento dessas práticas.

O dilema vivido pelos pais demonstra que no processo de formação das masculinidades acontecem algumas operações a partir dos valores e normas sociais que são aprendidas e consideradas como mais ou menos masculinas, mais ou menos interessantes para a reiteração performativa das normas de gênero, um cálculo sobre os modos de se expressar e se posicionar nas relações, sobre a manutenção de determinados privilégios, especialmente os que são colocados em prática em função de um ideal de masculinidade, além de poder atualizar essas práticas que tendem a manutenção de desigualdades.

As qualidades expansivas que os pais relatam perder ao longo do tempo são aquelas enquadradas como feminização do corpo e do gênero, como por exemplo as demonstrações de amor, afetividade, alegria, intimidade entre colegas/pares (e a partir daí é atribuído a criança, ao menino, todo tipo de depreciação baseada na feminilidade ou na sexualidade não heterossexual: o título de bicha, mulherzinha, viado etc).

— *Então, a perda da intimidade nas amizades que deixa os meninos muitas vezes sentindo-se muito solitários e isolados, leva-os a entrar numa cultura de masculinidade que faz estas equações bizarras que a intimidade*

*masculina tem que ser sexual. Começam a dizer coisas como: 'eu sou íntimo dele, sem viadagem', 'ele é legal, sem viadagem'. Há essa ilusão constante de que todo sinal de intimidade vai ser visto como potencialmente gay. Eles entendem que se você for hétero, não tem nenhum desejo de intimidade masculina. [...] Exatamente na idade em que começamos a ver a linguagem emocional desaparecer da narrativa dos meninos (15 a 19 anos no gráfico exibido no documentário), nas estatísticas nacionais, é exatamente a idade em que a taxa de suicídio de meninos supera a de meninas em cinco vezes. (THE MASK, 2015. Niobe Way - psicóloga e educadora, 29:24 min).*

Essas características expansivas são perdidas ou mesmo silenciadas como uma forma de tributação de gênero exigida para posicionar-se enquanto homem e ser reconhecido (SEGATTO, 2003), entendendo a tributação como um modo de cobrança, um modo de recolhimento de valores, na relação entre Estado e os sujeitos. Assim, é percebido pelos pais e educadores a perda de determinadas características em detrimento de outras, relato presente nos dois filmes. As repetições estilizadas dos atos performativos vão adquirindo menor grau de estilização, maior uniformidade e homogeneidade em referência aos símbolos e valores sociais que constituem a idealização masculina, que embasam a aparência hiperbólica de uma identidade estável. As possibilidades de ruptura ou de repetições subversivas que desloquem o sentido identitário desse estilo (de ser homem) tendem a ser silenciadas no processo de estabilização da identidade.

No entanto, o silêncio não surge nas relações apenas como prática repressiva do que deve ser (des)aprendido no fazer-se homem ou como resultado da cobrança de valores e normas, mas, para além disso, cumpre outra função, a de criar entre os homens uma forma de consentimento, de modo de pertencimento ao grupo identitário (a "fraternidade", no relato a seguir), de por em prática os processos de interpelação entre si, agindo conforme as instituições que regulam e tributam a performatividade masculina.

— *A regra mais importante do 'código do homem' é que você nunca entrega um irmão, nunca pode trair a fraternidade. Isso dá a ideia de que quando acontece algo errado, há um código de silêncio. O que acontece é que*



*suas mentes e seus corações entram em conflito. Porque seus corações podem dizer: ‘isso é errado, eu sei que é errado, minha bússola moral me diz que é errado, eu devia fazer algo a respeito, um homem deveria agir’. Mas por outro lado: ‘são meus irmãos, não posso traí-los, se fizer isso vão me excluir’. É esse medo que muitos homens têm que os impede de agir com ética.* (THE MASK, 2015. Michael Kimmel - sociólogo e educador, 1:05:12 min).

Nos termos de Althusser não diríamos que há prática de interpelação pelo silêncio, uma vez que o chamamento interpelativo precisa ser anunciado (pela voz) para colocar em funcionamento a sujeição. No entanto, Butler faz uma inflexão no texto do autor e apresenta uma alternativa ao conceito com a leitura de que o silêncio também pode cumprir uma função interpelativa:

[...] o enunciado é a ocasião em que se renova essa operação de interpelação; na verdade, essa operação é exemplificada apenas pela “conduta verbal”, mas a operação de interpelação acontece com ou sem essa conduta. Podemos ser interpelados, colocados no lugar ou indicados a um lugar pelo silêncio, ao não sermos chamados por ninguém, e essa situação se mostra dolorosamente clara quando percebemos que preferimos ser menosprezados a não sermos completamente ignorados (BUTLER, 2021 pp. 53-54).

Para Butler o silêncio também posiciona o sujeito, numa experiência dolorosa de exclusão das relações, de indiferença. Já para Michael Kimmel é o “código de silêncio” que protege os homens dessa exclusão das relações, exclusão da fraternidade masculina, do meio regulador da identidade. Nesse caso, o silêncio renova/reinaugura uma posição de homem, quando se encontra instável diante dos dilemas enfrentados: “um homem deveria agir” (gênero como repetição estilizada de atos no tempo) *versus* “não posso traí-los, se fizer isso vão me excluir” (forma de ruptura com as repetições ou repetições subversivas). Tanto Butler quanto Kimmel demonstram como o silêncio também produz efeitos delimitando posicionamentos sociais, conferindo desconhecimentos e reconhecimentos, produzindo realidades sem que necessite de uma conduta verbal ou resposta ao chamamento de uma autoridade.

A relação que os homens estabelecem com seus atos diante dessas instabilidades e dessas formas de interpelação silenciosas (se devem seguir

um “código de silêncio”, não falar sobre seus dilemas ou romper com as normas estilizadas) são importantes momentos de transformação da relação com o gênero, possibilidades de transformar as práticas hiperbólicas que criam padrões de como ser um homem, como fazer-se homem. No entanto, como evidenciado pelos participantes dos documentários, a relação dos homens e meninos com os seus atos, com a identidade, passa por regulações e tributações que lhes conferem reconhecimento e validação como homens ideais. O medo que muitos homens sentem de agir diferentemente está relacionado a essas possibilidades de não serem reconhecidos como homens ou como menos homens por fazer falhar algumas repetições de normas. Algumas reações a essas falhas, a esse fazer-se “menos homem” são tentativas violentas de correção, estigmatização e abjeção. Esse é o ponto em que as instabilidades podem levar também a respostas mais violentas, já que o “código de homem” ou “código de silêncio” pode levar à dolorosa experiência de ter seus conflitos e dilemas com a identidade ignorados, de serem menos reconhecidos como sujeitos e interpelados à uma posição de indiferença nas relações de fraternidade.

— *Depois de uma briga, eu aprendi a lavar o sangue das mãos e aprendi a não falar sobre isso. Eu me sentia tão deprimido que pensei em suicídio várias vezes. Eu não queria mais viver. [...] nunca soube por que era tão difícil falar sobre como eu me sentia, até examinar o meu passado e perceber: ‘obviamente é por isso’, porque eu fui desencorajado através de força física de expressar emoções.* (THE MASK, 2015. Moly, 26:58 min).

— *A maneira como os meninos são criados faz com que escondam todos os sentimentos naturais, vulneráveis e empáticos atrás da máscara da masculinidade. E também, quando estão sentindo mais dor, não podem pedir ajuda porque não serão considerados meninos de verdade. São forçados a isso e sentem vergonha demais para sair disso. Vivem atrás de uma máscara emocional que impede os meninos de expressarem seus sentimentos verdadeiros.* (THE MASK, 2015. William Pollack - Psicólogo e educador, 37:18 min).

Nesse sentido, chega-se ao ponto onde os atos de violência tornam-se um modo de expressar aquilo que os homens vivem sem comunicar. Considerando que a violência não é somente física, também surgem modos de uso das palavras que na relação com o outro agredem, reprimem ou desencorajam a performatividade masculina de falhar (como sempre falha). Se analisarmos essas falhas (e a instabilidade que ela gera) como práticas intrínsecas à produção performativa do gênero, são elas que proporcionam o desprender-se de determinadas normas que já não são passíveis de produção e reprodução. Falhar, portanto, proporciona essa renovação, subversão, diferenciação das práticas que constituem o sujeito.

No entanto, quando os atos de violência surgem como reação a esse gênero que falha e produzem mais fixação às máscaras e aos silêncios, a instabilidade intrínseca desse processo perdura, dificultando a transformação das normas, a criação de novas práticas que constituam esses sujeitos. Os silêncios e as máscaras impedem que esse modo de fazer-se seja produzido com maior grau de alteridade, escapando das práticas rígidas de regulação do gênero.

— *Eu lembro que na nossa primeira oficina tinha um menino que hoje é um dos nossos principais multiplicadores na escola. Com as oficinas ele vinha pra acompanhar os amigos e ficar tirando sarro, né? E esse menino quando eu olhei ele tava chorando, ele tava super emocionado, ele foi o menino que mais se emocionou na roda. E o tempo todo ele falava que tinha que ser o espelho do pai, né? E o pai era um homem super abusivo, batia na mãe e no meio da oficina ele descobriu que ele não queria ser. Que ele não queria ser aquela pessoa.* (O SILÊNCIO, 2019. Viviane Duarte – fundadora do Instituto Plano de Menina e Plano de Menino, 11:00 min).

É notável a maneira pela qual as práticas discursivas das oficinas intervêm sob esse modo estagnado de expressão da masculinidade e possibilitam que o gênero possa falhar, sem que o sujeito internalize essa falha e responda de modo imperativo com mais violência. Há um deslocamento que permite que as instabilidades ocorram, sem que isso seja percebido como um problema, um erro, um desvio impróprio de “si mesmo”. Há uma maior abertura

a outras formas de significação dos valores sociais, um encontro com outras práticas que possam materializar essa mudança no fazer-se homem, práticas que tornam-se atos de constituição e animam o sujeito à existência (BUTLER, discurso de ódio, pp.50).

— *Mas do ponto de vista social, subjetivo, o maior resultado é esse homem voltar pra mim e falar o seguinte: ‘Doutora Gabriela, eu não cometo mais violência contra a mulher, tem uma coisa que isso me ajudou, eu consegui olhar para os meus filhos e falar eu te amo. Eu consegui entrar num grupo para tratar do meu alcoolismo, eu tenho mais amigos no trabalho’. Pra mim é o resultado mais expressivo desses grupos reflexivos de homens, mostrando que há essa possibilidade, é efetiva e os homens podem sim despertar para uma nova vida. (O SILÊNCIO, 2019. Gabriela Manssur – promotora de justiça, 48:38 min).*

— *Só queria dizer uma coisa para encerrar... Sabe, antes, quando eu estava preso na categoria do homem, eu me sentia incompleto. Eu sentia que eu nunca era a pessoa que eu devia ser ou a pessoa que a minha família achava que eu era. Depois que me libertei, através desse processo (falando sobre o projeto de intervenções psicossociais), eu me sinto enorme e sinto que sou digno, que mereço ser amado, uma sensação de pertencimento com os colegas que eu construí e me comprometi aqui dentro. (THE MASK, 2015. Cleo – interno do programa de prisão perpétua de San Quentin, 1:23:05 min).*

## **CONSIDERAÇÕES DIANTE DO FAZER COM OS HOMENS**

No decorrer dessa pesquisa foi possível analisar alguns aspectos da relação entre homens e o gênero masculino ou, sendo mais preciso, o modo como a violência participa na relação sujeito e gênero, atribuindo maior ou menor grau de instabilidade, variação ou diferenciação. Não se trata de uma única relação ou um único modo de fazer, de produzi-la, mas nessa rede intrincada de diversas práticas encontramos repetições que quando estilizadas, ao modo de cada contexto estabelecido, posicionam novas e velhas formas de fazer o gênero e a violência. Analisar essa relação, a problemática proposta por

essa dissertação, foi um exercício que agora compreendo como um modo de olhar para as práticas, ler as práticas e também de perceber-se mais ou menos imerso nessas relações, seja como psicólogo, pesquisador ou, sobretudo, como homem.

Um desses exercícios que chamo de olhar as práticas têm sido cada vez mais frequente, tamanho o aumento da violência no país nos últimos anos e a exploração midiática sobre todas essas formas de manifestação. Podemos citar alguns marcos, como o golpe de destituição da ex presidenta Dilma e todos os discursos mobilizados a respeito da mesma ou da condição de ser mulher nesse cargo; a exploração midiática, imagética, discursiva dos conflitos entre facções criminosas e as forças repressivas do Estado; as alterações em leis que facilitaram o acesso às armas para a população em geral; as manifestações crescentes de movimentos ultraconservadores, reacionários e neonazistas no país; os crescentes ataques armados promovidos à escolas; discursos de ódio e ameaças de homicídio em fóruns virtuais ou outros espaços de anonimato; entre outras práticas que tem escalonado os índices de violência no país ao longo dos anos (CERQUEIRA *et al*, 2020) e construíram um contexto social e cenário político que encontrou propulsão durante a pandemia de Covid-19, momento em que as relações sociais e institucionais tornaram-se ainda mais fragilizadas e vulneráveis às práticas de violência (BUENO *et al*, 2020). Dessa forma, o olhar buscou, no presente, encontrar-se com as diversas formas de violências que hoje vivemos, os efeitos produzidos por elas e quais as práticas discursivas têm sido mobilizadas pelos homens na construção desse contexto histórico. Olhar e atentar-se para viver o presente dessas relações, para acessar a rede de práticas discursivas por onde circulam a feitura desses homens, dos modos de posicionar-se socialmente, de citar as normas, de falhar e responder a essas falhas.

De uma outra maneira, quando digo que a pesquisa também se transformou no exercício de ler as práticas, isso significa que foi preciso recorrer aos fundamentos teóricos como intercessores ao olhar vivo do presente. O estudo das teorias, das formulações sobre subjetividade e gênero funcionou aqui não apenas como embasamento, “plano de fundo” sobre a temática ou algum tipo de hipótese a ser confirmada. Ao invés disso, busquei

no exercício teórico (principalmente com Judith Butler e Louis Althusser) uma intercessão que pudesse transformar o olhar, deslocar análises simplificadoras ou generalistas para permanecer com a complexidade do problema. Nesse encontro, foi possível ler as práticas tanto quanto ser lido por elas, exercitando a inseparabilidade entre gênese teórica e social. Foi possível promover um olhar do campo de pesquisa aos textos teóricos, uma leitura que buscou exercitar os conceitos propostos e encontrar neles abertura a novos modos de fazer análise, variações que possam contribuir como ferramentas de intervenção também a temáticas futuras.

Uma outra percepção que resultou do exercício dessa pesquisa foi a de analisar essa rede de práticas discursivas com a experiência de psicólogo e de homem. Embora não fosse um dos objetivos colocar em análise direta as implicações do pesquisador, foram significativos os deslocamentos e afetações sentidas durante este percurso. Evidente, mas ao mesmo tempo pouco relatado, em termos de dedicar momentos da escrita a essas percepções. De todo modo, estudar e pesquisar os silêncios, as máscaras, os discursos, os dados informativos, as cenas de violência de modo geral, levou ao desafio de romper com alguns incômodos que a temática gera para intensificar análises mais críticas na luta pelo fim da violência e pela garantia de direitos. Paraphraseando o início dessa dissertação, no poema de Wislawa Szymborska, “Fim e Começo”, é preciso que alguns se atrevam a estar no lodo e cinzas desse problema, que vasculhem as práticas e suas rupturas, as cenas ensanguentadas, que desenterrem os velhos argumentos enferrujados, refaçam pontes, alianças e que, mesmo que levem anos, em algum momento possamos descansar do intenso desafio de enfrentar, com os homens, as violências cada vez mais frequentes.

Os grupos reflexivos ou encontros entre homens para falar sobre masculinidade não eram percebidos por mim como um campo de ação e transformação do gênero. Contudo, conheci uma outra dimensão da luta pelo combate às formas de violência com o desenvolvimento da pesquisa e o relato desses grupos. Essa dimensão consiste, primeiramente, em criar condições para acolher os sujeitos que são interpelados socialmente e que interpelam uns aos outros, demandam posicionamentos masculinos com normas rígidas de

gênero. Sendo acolhidos com o objetivo de relatar esses processos subjetivos, surge em seguida a oportunidade de uma análise crítica sobre como eles vêm sendo e fazendo-se homens. Como participam e se posicionam na rede de práticas discursivas do gênero e da violência. E dessa discussão as temáticas abordadas são muito diversas, partindo do entendimento de que a formação do gênero masculino se faz de modos singulares em meio aos aspectos comuns. Há diferenças significativas e que são pontos importantes de abertura para novas pesquisas e análises sobre gênero e masculinidade, como é a relação com a cor/raça, escolaridade, origem, religião, geração etc. Alguns momentos dos documentários, em especial o documentário brasileiro *O Silêncio dos Homens*, são trabalhados esses temas compreendidos como marcadores sociais da diferença na relação com a formação do gênero, no entanto, tem um tempo de exposição muito breve. O documentário estadunidense *The Mask You Live In*, também traz pouca exibição sobre a temática dos marcadores sociais, mas aprofunda na relação gênero e infância. Essas são produções que obtiveram repercussão importante no campo dos debates sobre masculinidade, para além dos espaços acadêmicos de análise, fomentando o trabalho dos grupos reflexivos. Sendo assim, novas produções que aprofundem as temáticas sociais citadas podem favorecer ainda mais o desenvolvimento dos grupos, indicando temáticas atuais e modos de intervir com elas.

A maneira como alguém se torna um homem agressor ou um homem autor de violência tem sido explicada a partir de perspectivas individualizantes e muitas vezes se tornam inteligíveis somente pelo uso das linguagens psicopatológicas, relegando aos indivíduos uma concentração de diferentes problemáticas sociais, econômicas, políticas e jurídicas. Ao criticar essa perspectiva não significa que pretendemos nos opor à responsabilização legal de condutas violentas, mas ao invés disso, pretendemos uma ampliação das formas de responsabilização e transformação dos sujeitos que não se limite ao pagamento de multas, prestação de serviços ou privação de liberdade. Tomemos como exemplo o relato de Cleo, extraído do documentário *The Mask You Live In*, em que se sentia preso a uma categoria de gênero, limitado às normas e ao modo como era interpelado pela família para ser homem, no entanto, foi após o processo de acompanhamento e intervenções psicossociais

no programa de prisão perpétua de San Quentin que ele relatou sentir-se livre, digno, tendo construído boas relações de pertencimento e comprometimento com os demais internos.

A importância dos espaços de reflexão, análise crítica e discussão entre os homens se dá justamente porque “se o sujeito que fala também é constituído pela linguagem que ele ou ela fala, então a linguagem é a condição de possibilidade do sujeito falante, e não meramente seu instrumento de expressão” (BUTLER, 2021, pp. 55). No decorrer dessa pesquisa destacamos o quanto o silêncio e as máscaras operam formas de interpelação entre os homens e cumplicidades às normas, restringindo as condições de possibilidade dos sujeitos. Quando falham as citações das normas, a estilização das normas por cada sujeito, falham também os processos de performatividade do gênero e os homens não encontram condições de constituir-se diferentemente, de fazer derivações a partir dessas falhas, enquanto abertura à diferença. Foi apresentado pela psicóloga e educadora Carol Giliman em *The Mask You Live In* quando na escola, os pais dos meninos se veem diante de um sério dilema: se eles enquanto homens adultos e pais teriam que silenciar as qualidades expansivas dos filhos, já que essa foi a prática percebida por eles no processo de tornar-se homem. Reduzir as condições de possibilidade dos meninos é entendida como a via de formação da masculinidade e, dessa forma, a prática do silenciamento (como prática de violência) já aparece tornando o gênero cada vez mais instável, cada vez menos possível de estilização, invenção, expansão, diferenciação.

Portanto, como foi analisado nos relatos, a resposta frequente a esses modos de interpelação e performatividade de gênero é a produção de outras formas de violência que funcionam como instrumentos de expressão daquilo que não foi possível ser, comunicar ou tornar-se. Da mesma forma, muitos homens relatam sobre o adoecimento mental, majoritariamente associado à continuidade dessas práticas de violência, devido às limitações impostas à performatividade do gênero.

O relato desses homens e meninos fornece indicativos importantes de que a instabilidade na relação com as normas de gênero está imersa em



diversas práticas de violência e precisam ser analisadas de maneira ampliada. Ao contrário disso, as abordagens patologizantes têm produzido ainda mais silêncios ao traduzir as complexidades desse problema a simples códigos diagnósticos ou, na forma da lei, apresentá-lo somente pelo binômio de agressor e vítima. Algumas imagens e discursos pré estabelecidos das problemáticas sociais precisam ser revisados e analisados criticamente para não intervir com mais individualização e silenciamentos que são, justamente, algumas das formas de prolongar a problemática. Considero que os problemas econômicos e de ordem da desigualdade de classes sociais também têm sido relevantes a produção de novos modos de relacionar-se com o gênero, no entanto, cada vez mais taxativos, irrealizáveis, ou seja, mascarando as condições reais e materiais que os homens têm de lidar com as instabilidades inerentes desse processo.

Com essa pesquisa, busquei demonstrar como uma rede intrincada de práticas discursivas produz maior instabilidade (inserindo práticas de violência) ou menor instabilidade (a partir do acolhimento e reflexões críticas) ao fazer-se do gênero masculino. Busquei distanciar-me da racionalidade de absolvição ou condenação dos autores de violência para me ocupar em desaprender com os homens aquilo que temos exigido uns dos outros e criar estratégias para fazer da relação com a masculinidade um modo de enfrentamento das velhas e novas formas de violência.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L.; BALIBAR, E.; ESTABLET, R. **Ler o Capital**. Vol 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

ALTHUSSER, L. **Freud e Lacan, Marx e Freud**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, S.L.B.; DINIZ, N.M.F. “Eu digo não, ela diz sim”: a violência conjugal no discurso masculino. **Rev Bras Enferm**, v. 58, n. 3, p. 387- 392., 2005.

ALVIM, S.F.; SOUZA, L. Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 7, n. 2, p. 171–206, 2005.

ARAGÃO, E.M., BARROS, M.E.B. & OLIVEIRA, S.P. Falando de metodologia de pesquisa. In: **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ-RJ, ano 5, n. 2, p. 18-28, 2005.

AUSTIN, J.L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BEIRAS, A.; CANTERA, L. Narrativas personales, construcción de masculinidades: aportaciones para la atención psicosocial a hombres autores de violencia. **Psico**, v. 43, n. 2, p. 251–259, 2012.

BRASIL. **Lei n. 11.340**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal. Brasília, DF, 7 de agosto de 2006.

BRASIL. **Censo demográfico IBGE 2010: características gerais da população**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19/01/2021

BUENO, S. *et al.* **Violência doméstica durante a pandemia de covid-19**. Nota Técnica. Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP, 2020. Disponível

em:

<<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>>. Acesso em: 10/12/2021.

BUTLER, J. **A Vida Psíquica do Poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018a.

BUTLER, J. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019a.

BUTLER, J. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

BUTLER, J. **Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista**. Chão da Feira Edições, caderno n. 78, 2018b.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Vida Precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019b.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da Violência**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

COELHO, S.M.P.F.; CARLOTO, C. . Violência doméstica, homens e masculinidades. **Textos & Contextos**, v. 6, n. 2, p. 395–409, 2007.

CONNELL, R.W.; MESSERSCHMIDT, J.W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Rev. Estud. Fem.**, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

CONRADO, M. P. A fala de vítimas e indiciados em uma delegacia da mulher. **Diálogos**, v. 4, n. 1, p. 1–17, 2000.

DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: DIFEL, 2018.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: **Ditos & Escritos 5 - Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 5ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GRANJA, E.; MEDRADO, B. Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. **Psicologia & Sociedade**, v.21, n. 1, p. 25-34, 2009.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4ª edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

HALBERSTAM, Jack. **A arte queer do fracasso**. Recife: CEPE, 2020.

HECKERT, A.L.C.; PASSOS, E. Pesquisa-intervenção como método, a formação como intervenção. In BARROS, M.E.B.; CARVALHO, S.; FERIGATO, S. (Orgs.). **Conexões: saúde coletiva e políticas da subjetividade**. São Paulo: HUCITEC, p. 376-393, 2009.

L'ABBATE, S.; PEZZATO, L.M. O uso de diários como ferramenta de intervenção da Análise Institucional: potencializando reflexões no cotidiano da Saúde Bucal Coletiva. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 21, p. 1297-1314, 2011.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. N-1 Edições, 2018.

MEDRADO, B.; MÉLLO, R.P. Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, Edição Especial, p. 78-86, 2008.

Ministério Público de São Paulo - MPSP. **Raio X da violência doméstica durante o isolamento, um retrato de São Paulo**. Nota técnica. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/violencia-domestica-mp-sp.pdf>>. Acesso em: 10/12/2021.

MINUNCIO, M.A.L. **Sentidos da masculinidade: análise fílmica dos documentários “O silêncio dos homens” e “The mask you live in”**. Monografia (Bacharelado em Jornalismo) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2021.

NARDI, H.C. O ethos masculino e o adoecimento relacionado ao trabalho. In DUARTE, L.F.D; ONDINA, F.L. (orgs). **Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

NARDI, H.C.; NEVES, R. A Emergência de um saber psicológico e as políticas de individualização. **Educação & Realidade**, v. 29, n. 1, p. 187-198, 2004.

NOTHAFT, R. J.; BEIRAS, A. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar? **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 3, p. 1–14, 2019.

PAULON, S. M.; ROMAGNOLI, R. C. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 85 – 102, 2010.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (orgs). **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulinas, 2014.

RÉ, C. **El lugar del sujeto**. 1ªed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires. Carrera Ciencias de la Comunicación, 2017.

ROSA, A.G., *et al.* A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. **Saúde Soc**; v. 17, n. 3, p. 152-160, 2008.

ROSSI, A.; PASSOS, E. Análise Institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Revista EPOS**, v. 5, n. 1, p. 156-181, 2014.

RUBIN, G. **Políticas do Sexo**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Ubu. 2017

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SECCIA, O.C. **Identidad y política: una revisión crítica de las teorías de Louis Althusser, Michel Foucault y Judith Butler**. Maestría en Sociología de la Cultura y el Análisis Cultural. Instituto de Altos Estudios Sociales, Universidad Nacional de San Martín, 2013.

SILVA, R.A.N. **A invenção da Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes. 2005.

SILVA, R.A.N. Notas para uma genealogia da Psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 12-19, 2004.

SZYMBORSKA, W. **Poemas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SZYMBORSKA, W. **Um amor feliz**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

TEDESCO, S.H.; SADE, C.; CALIMAN, L.V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro , v. 25, n. 2, p. 299-322, 2013.

VEYNE, P.M. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 460–482, 2001.

WELZER-LANG, D. Nós, os caras. **CLAM** (centro latino-americano em sexualidade e direitos humanos). 2009. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?inford=5371&sid=4>>. Acesso em: 01/02/2021

ZAMBENEDETTI, G. & SILVA, R.A.N.. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. In: **Psicologia e Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 454-463, 2011.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

## DOCUMENTÁRIOS:

O SILÊNCIO dos homens. Direção de Ian Leite e Luiza de Castro. Produção de Cecília Leite. Realização de Monstro Filmes. São Paulo: Papo de Homem e Instituto Pdh, 2019. 1 YouTube (61 min.), AV1, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE>. Acesso em: 10/07/2021.

THE MASK you live in. Direção de Jennifer Siebel Newsom. Produção de Jennifer Siebel Newsom; Jessica Anthony; Jessica Congdon. Realização de The Representation Project. Park City: Regina Scully; Sarah Johnson; Wendy Schmidt; Abigail Disney; Geralyn Dreyfous; Maria Shriver, 2015. 1 Netflix (92 min.), AV1, son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/80076159?source=35>. Acesso em: 10/07/2021.